

Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, sendo as Debêntures da Primeira Série da Espécie Quirografária com Garantia Real e Fidejussória Adicionais, a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional e as Debêntures da Segunda Série da Espécie Quirografária a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Corumbá Concessões S.A.

entre



CORUMBÁ CONCESSÕES S.A.,
como Emissora,

3ºRTD-RJ-Reg. nº 1104491
Emolumentos R\$ 715,03
Distribuidor R\$ 21,87
PMCMV/Mulua/Acoterj R\$ 25,53
Faty/Fundper/Funper/FunparPen 243,10
Total R\$ 1.005,53

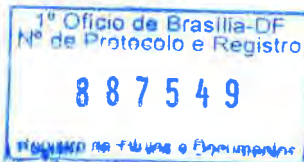


PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,
representando a comunhão dos titulares das Debêntures

e

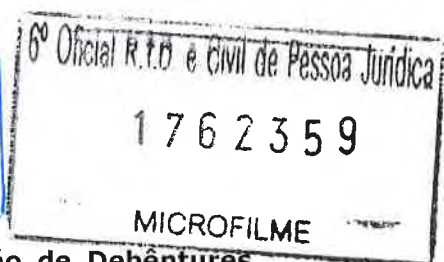
SERVENG CIVILSAN S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA,
Como Fiadora

Datado de
8 de dezembro de 2014



MS

Handwritten signatures and initials.



Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, sendo as Debêntures da Primeira Série da Espécie Quirografária com Garantia Real e Fidejussória Adicionais, a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional e as Debêntures da Segunda Série da Espécie Quirografária a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Corumbá Concessões S.A.

Pelo presente instrumento, como emissora,

CORUMBÁ CONCESSÕES S.A., sociedade anônima sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, ST SIA Trecho 03 Lote 1875, s/n, Setor de Indústria, CEP 71200-030, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 04.066.598/0001-72, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Corumbá" e/ou "Emissora");

e, como agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das debêntures da 2ª (segunda) emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, sendo as debêntures da primeira série da espécie quirografária com garantia real e fidejussória adicionais, a ser convolada em da espécie com garantia real e com garantia fidejussória adicional ("Debêntures da Primeira Série" e "Debenturistas da Primeira Série", respectivamente) e as debêntures da segunda série da espécie quirografária a ser convolada em da espécie com garantia real da Emissora ("Debêntures da Segunda Série" e "Debenturistas da Segunda Série" respectivamente e, quando em conjunto com as Debêntures da Primeira Série, "Debêntures" e Debenturistas da Primeira Série, "Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista"),

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

e, ainda, na qualidade de fiadora das obrigações relativas às Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão,

SERVENG CIVILSAN S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Deputado Vicente Penido, 255, Vila Maria, CEP 02064-120, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 48.540.421/0001-31, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Serveng" ou "Fiadora");

sendo a Emissora, o Agente Fiduciário e a Fiadora designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte",

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, sendo as Debêntures da Primeira Série da Espécie Quirografária com Garantia Real e Fidejussória Adicionais, a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional e as Debêntures da Segunda Série da Espécie Quirografária,



a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Corumbá Concessões S.A." ("Escritura"), mediante as cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula terão o significado a eles atribuídos nesta Escritura, ainda que posteriormente ao seu uso.

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÕES

1.1. A Escritura é firmada com base na Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora, realizada em 28 de novembro de 2014 ("AGE da Emissora"), na qual foram deliberadas (i) a aprovação da Emissão, bem como seus termos e condições, conforme disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"); (ii) a autorização à Diretoria da Emissora para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na AGE da Emissora; (iii) a aprovação para a outorga das Garantias Reais, bem como da Garantia Real Primeira Série (conforme definido abaixo) e (iv) a autorização para contratação da Carta de Fiança (conforme definido abaixo).

1.2. A constituição das Garantias, conforme descritas na Cláusula 4.14 abaixo, foi aprovada: (i) pela Emissora, com base nas deliberações da AGE da Emissora; (ii) pela Serveng, nos termos da alínea "g" do artigo 8º do estatuto social da Serveng; e (iii) pela C&M Engenharia Ltda ("C&M") e, quando em conjunto com a Serveng, "Garantidoras") nos termos do Contrato Social da C&M.

CLÁUSULA II REQUISITOS

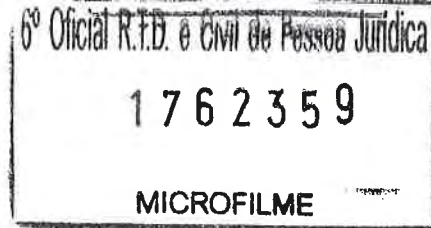
A 2ª (segunda) emissão das Debêntures para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, pela Emissora ("Emissão" ou "Oferta Restrita") será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e Registro na Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.1.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada, perante a CVM, do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

2.1.2. Além disso, nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", em vigor desde 3 de fevereiro de 2014 ("Código ANBIMA"), a Oferta poderá vir a ser registrada, exclusivamente com o intuito de envio de dados para a base de dados da ANBIMA, de acordo com o disposto no artigo 1º, parágrafo 2º, do Código ANBIMA, desde que a ANBIMA tenha divulgado, a forma pela qual esse registro deverá ser feito, até o encerramento da oferta.

3. Registro de Fatos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Curatanda Nº 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030
Oficial: Raulito Alves da Silva
Subst: Ricardo V.M. Antunes
Autoriz: Marcos A. F. da Silva



2.2. Arquivamento na Junta Comercial e Publicação da Ata da AGE Emissora.

2.2.1. A ata da AGE da Emissora será registrada na Junta Comercial do Distrito Federal ("JCDF"), e será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal e no jornal Valor Econômico – Regional Brasília ("Jornais de Publicação"), nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.2.2. A Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário cópia da ata de AGE da Emissora, devidamente arquivada na JCDF, bem como das referidas publicações tempestivamente após o respectivo arquivamento e publicação.

2.2.3. Os atos societários da Emissora que, eventualmente, venham a ser praticados após o registro da presente Escritura de Emissão também serão arquivados na JCDF, bem como serão publicados nos respectivos Jornais de Publicação.

2.3. Registro da Escritura e Eventuais Aditamentos

2.3.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos ("Aditamentos") serão (i) arquivados na JCDF, conforme disposto no artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações, devendo 1 (uma) via original da Escritura e seus eventuais Aditamentos, devidamente arquivados na JCDF, serem enviados, tempestivamente após o respectivo arquivamento, pela Emissora ao Agente Fiduciário; e (ii) registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Brasília, Distrito Federal, da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em razão da prestação da fiança, nos termos da Cláusula 4.14.2. abaixo, devendo a Escritura e seus eventuais Aditamentos, devidamente registrados nos cartórios de registro de títulos e documentos acima, serem enviados, tempestivamente após os respectivos registros, pela Emissora ao Agente Fiduciário.

2.4. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica

2.4.1. As Debêntures serão registradas para:

(i) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e

(ii) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente por meio da CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme abaixo definido) em mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos de sua subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e observado o cumprimento pela Emissora das obrigações previstas no artigo 17 da referida Instrução.

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda Nº 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.
Oficial: Raulito Alves da Silva
Subst: Ricardo V.M. Antunes
Autoriz: Marcos A. F. da Silva



CLÁUSULA III DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social: (i) a exploração do Aproveitamento Hidrelétrico de Corumbá IV, através de empreendimento de construção e exploração de geração de energia elétrica da Usina Corumbá IV, situado no Rio Corumbá, no Município de Luziânia, Estado de Goiás, para a produção de energia elétrica e demais obras complementares; (ii) estudar, planejar, projetar, constituir e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, bem como os serviços que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito, podendo administrar e/ou incorporar outros sistemas, prestar serviços técnicos e de consultorias de sua especialidade, organizar subsidiárias, incorporar outras empresas e praticar os demais atos necessários à consecução dos seus objetivos; e (iii) a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, como sócia, acionistas ou quotista.

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quintanda Nº 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.
Oficial: Raulito Alves da Silva
Subst: Ricardo V.M. Antunes
Autoriz: Marcos A. F. da Silva

3.2. Número da Emissão

3.2.1. A presente Escritura constitui a 2ª (segunda) emissão de Debêntures da Emissora.

3.3. Séries

3.3.1. A Emissão será realizada em duas séries ("Séries").

3.4. Valor Total da Emissão

3.4.1. O valor total da Emissão é de R\$ 481.500.000,00 (quatrocentos e oitenta e um milhões e quinhentos mil reais), na Data de Emissão (conforme termos definidos abaixo) ("Valor Total da Emissão").

3.5. Quantidade de Debêntures

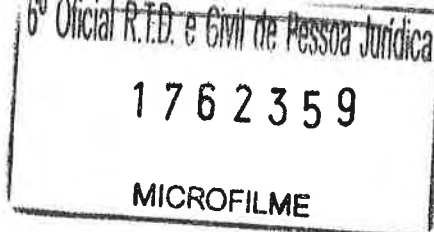
3.5.1. Serão emitidas 963 (novecentas e sessenta e três) Debêntures, sendo 540 (quinhentas e quarenta) Debêntures da Primeira Série e 423 (quatrocentas e vinte e três) Debêntures da Segunda Série.

3.6. Destinação dos Recursos

3.6.1. Os recursos captados com a Emissão serão utilizados para amortização de dívidas da Emissora, incluindo dívidas bancárias e de processos judiciais relacionados com obras de construção, e reforço do capital de giro, relacionados com os financiamentos obtidos para a realização de obras e/ou serviços vinculados com as atividades da Companhia, conforme aprovado na segunda Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Corumbá de 13 de outubro de 2014.

3.7. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.7.1. O banco liquidante e o escriturador mandatário da Emissão é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no "Núcleo



Cidade de Deus", s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara, CEP 06029-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante" e "Escriturador Mandatário", respectivamente).

3.8. Imunidade Tributária

3.8.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

3.9. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.9.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob regime de garantia firme de colocação, não solidária, no montante de R\$ 481.500.000,00 (quatrocentos e oitenta e um milhões e quinhentos mil reais), com a intermediação de determinadas instituições financeiras ("Coordenador Líder" e "Coordenadores"), nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, sendo as Debêntures da Primeira Série da Espécie Quirografária com Garantia Real e Fidejussória Adicionais, a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional e as Debêntures da Segunda Série da Espécie Quirografária, a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real, da 2ª Emissão da Corumbá Concessões S.A.", a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição").

3.9.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, os Coordenadores poderão acessar no máximo 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição de Debêntures por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados.

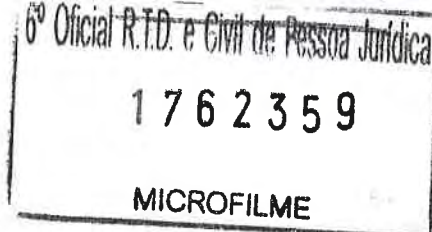
3.9.2.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, serão considerados "Investidores Qualificados" aqueles referidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), observado que: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item (iv) do artigo 109 da Instrução CVM 409 obrigatoriamente subscreverão ou adquirirão, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de Emissão das Debêntures será o dia 19 de dezembro de 2014 ("Data de Emissão").

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda Nº 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.
Oficial: Raulito Alves da Silva
Subst: Ricardo V.M. Antunes
Autoriz: Marcos A. F. da Silva



4.1.2. **Data de Integralização:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de integralização das Debêntures será aquela em que houver a efetiva subscrição e integralização das Debêntures ("Data de Integralização").

4.1.3. **Conversibilidade, Tipo e Forma:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.4. **Espécie:** As Debêntures da Primeira Série serão da espécie quirografária com garantia real e fidejussória adicionais, a ser convolada em da espécie com garantia real e com garantia fidejussória adicional; enquanto as Debêntures da Segunda Série serão da espécie quirografária, a ser convolada em da espécie com garantia real, nos termos da cláusula 4.14 abaixo.

4.1.5. **Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures terão prazo de vencimento de 8 (oito) anos, contados da Data de Emissão, com vencimento em 19 de dezembro de 2022 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo e de vencimento antecipado, nos termos das Cláusulas Quinta e Sexta, respectivamente. Na Data de Vencimento ou nas hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo e de vencimento antecipado, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures, pelo saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração de que trata a Cláusula 4.2 abaixo, calculada na forma prevista nesta Escritura.

4.1.6. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.2. Remuneração

4.2.1. As Debêntures farão jus à remuneração equivalente a 128,00% (cento e vinte e oito por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo* ("Taxa DI"), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (www.cetip.com.br) ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos desde a Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior das Debêntures, conforme aplicável, incidente sobre Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures (conforme termo abaixo definido) até a Data de Vencimento das Debêntures, (ou na data de resgate antecipado ou na data do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento, conforme o caso). O cálculo da Remuneração obedecerá a seguinte fórmula:

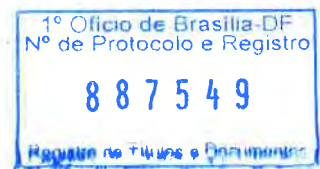
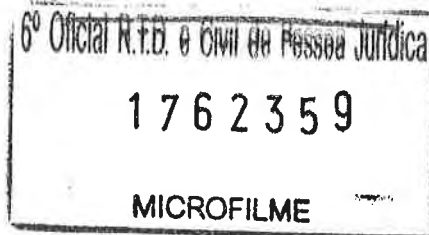
$$J = VNe \times (\text{Fator DI} - 1)$$

onde:

J = Valor da Remuneração devida ao final do Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda Nº 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.
Oficial: Raulito Alves da Silva
Subst: Ricardo V.M. Arantes
Autoriza: Marcos A. F. da Silva



FatorDI = Produtório das Taxas DI com uso percentual aplicado a partir da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até o término do Período de Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n \left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

k = número de ordem da Taxa DI, variando de 1 (um) até **n**;

n = número total de Taxas DI, consideradas na apuração do "FatorDI", sendo "n" um número inteiro;

p = 128,00 (cento e vinte e oito inteiros); e

TDI_k = Taxa DI de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left[\left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] - 1$$

onde:

DI_k - Taxa DI, de ordem k, expressa ao ano, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

4.2.1.1. Observações:

(i) O fator resultante da expressão $\left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;

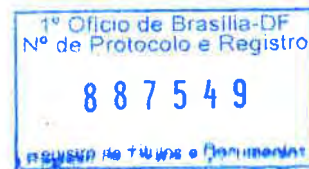
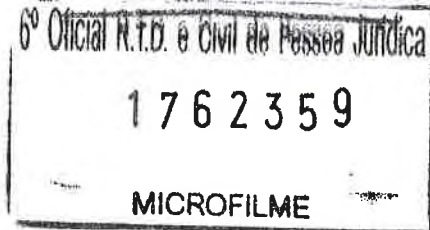
(ii) Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$, sendo que a cada fator diário acumulado trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;

(iii) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP; e

(iv) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

4.2.1.2 Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes desta Escritura, não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada na apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os titulares das Debêntures quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, ou caso seja extinta, ou haja a impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI a quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes desta Escritura, aplicar-se-á o disposto nas Cláusulas 4.2.1.3, 4.2.1.4 e 4.2.1.5 abaixo.

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda Nº 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.
Oficial: Raulito Alves da Silva
Subst: Ricardo V.M. Antunes
Autoriz: Marcos A. F. da Silva



4.2.1.3. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, e/ou impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do término do prazo de 10 (dez) dias acima mencionado, convocar Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série (conforme abaixo definido) e Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série (conforme abaixo definido), conforme no modo e prazos estipulados na Cláusula Nona desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, para a deliberação dos Debenturistas, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração, que será aplicado observado o disposto na Cláusula 4.2.1.4 abaixo.

4.2.1.4 Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração entre a Emissora e titulares das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação das respectivas Séries (conforme definido abaixo), a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e da Assembleia de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, pelo Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculadas *pro rata temporis*, a partir da Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizado para a apuração de TDI_k o valor da última Taxa DI divulgada oficialmente, observadas ainda as demais disposições previstas na Cláusula 4.2.1 e seguintes desta Escritura para fins de cálculo da Remuneração.

4.2.1.5 Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, ou da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, exceto na hipótese de impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial expressa, esta não será mais realizada e a Taxa DI então divulgada, a partir da respectiva data de referência, será utilizada para o cálculo da Remuneração.

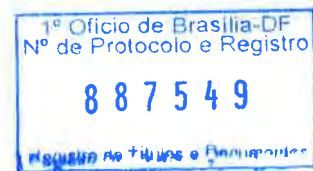
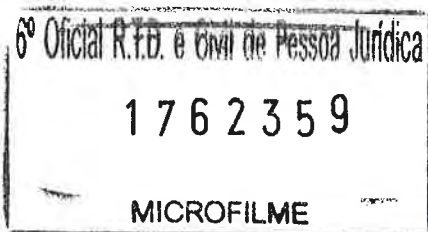
4.2.1.6 Para fins da presente Escritura, a expressão "Dia(s) Útil(eis)" significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional na República Federativa do Brasil.

4.2.1.7 Para fins da presente Escritura, entende-se por "Período de Capitalização" o intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização (inclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, nos casos dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data de pagamento da Remuneração correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.2.2. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

4.3. Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal Unitário

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Ourandã N° 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.
Oficial: Raulito Alves da Silva
Subst: Ricardo V.M. Antunes
Autoriz: Marcos A. F. da Silva



4.3.1. Debêntures da Primeira Série: O pagamento do Valor Nominal Unitário referente às Debêntures da Primeira Série será realizado pela Emissora aos Debenturistas da Primeira Série, em 94 (noventa e quatro) parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira devida em 19 de março de 2015 (inclusive) e as demais parcelas serão devidas em cada uma das respectivas datas de amortização das Debêntures, de acordo com a tabela apresentada no Anexo I – A desta Escritura (cada uma, uma "Data de Amortização das Debêntures da Primeira Série").

4.3.2. Debêntures da Segunda Série: O pagamento do Valor Nominal Unitário referente às Debêntures da Segunda Série será realizado pela Emissora aos Debenturistas da Segunda Série a partir do 18º (décimo oitavo) mês contado da Data de Emissão, ou seja, a partir de 19 de junho de 2016 (inclusive), em 14 (quatorze) parcelas semestrais e sucessivas, ocorrendo todo o dia 19 dos meses de junho e dezembro de cada ano, de acordo com a tabela apresentada no Anexo I – B desta Escritura (cada uma, uma "Data de Amortização das Debêntures da Segunda Série").

4.4. Periodicidade de Pagamento da Remuneração

4.4.1. A Remuneração das Debêntures será paga mensalmente, a partir da Data de Emissão até a Data de Vencimento das Debêntures, com início em 19 de janeiro de 2015 e final na Data de Vencimento das Debêntures (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração").

4.5. Local de Pagamento

4.5.1. Os pagamentos a que fizerem jus os Debenturistas serão efetuados pela Emissora utilizando-se, conforme o caso, os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, ou, para os titulares de Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, os procedimentos adotados pelo Escriturador Mandatário ou, conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim ("Local de Pagamento").

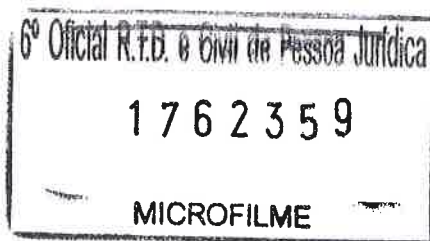
4.6. Prorrogação dos Prazos

4.6.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, até o primeiro Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente bancário no Local de Pagamento, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.

4.7. Encargos Moratórios

4.7.1. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a: (i) juros de mora calculados desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata temporis*, pela taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial; e (ii) multa moratória convencional, irredutível e de natureza compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago.

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda N° 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.
Oficial: Raulito Alves da Silva
Subst: Ricardo V.M. Antunes
Autoriz: Marcos A. F. da Silva



3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda Nº 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-090.
Oficial: Raulito Alves da Silva
Subst: Ricardo V.M. Artunes
Autoriz: Marcos A. F. da Silva

4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.8.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou do comunicado.

4.9. Preço de Subscrição

4.9.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas em uma única data, pelo seu Valor Nominal Unitário ("Preço de Subscrição").

4.10. Forma de Integralização

4.10.1. A integralização será realizada à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional por meio de procedimentos do MDA.

4.11. Repactuação

4.11.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

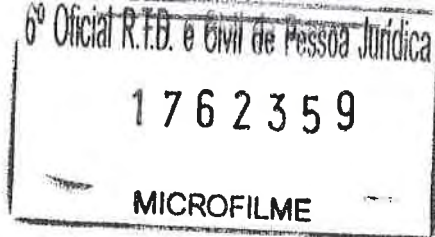
4.12. Publicidade

4.12.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, nos Jornais de Publicação, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores (www.corumbaconcessoes.com.br) ("Avisos aos Debenturistas"), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário e a CETIP a respeito de qualquer publicação na data da sua realização. A publicação do referido Aviso aos Debenturistas poderá ser substituída por correspondência registrada entregue a todos os titulares de Debêntures e ao Agente Fiduciário. Caso a Emissora altere os Jornais de Publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo.

4.13. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.13.1. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP, em nome do Debenturista, quando esses títulos estiverem custodiados eletronicamente na CETIP.

4.14. Garantias



4.14. Como garantia do fiel, pontual e integral pagamento do Valor Total da Emissão, acrescido da Remuneração e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias, principais ou acessórias previstas nesta Escritura, incluindo, sem limitação, aquelas devidas ao Agente Fiduciário ("Obrigações Garantidas") a Emissão contará com as seguintes garantias:

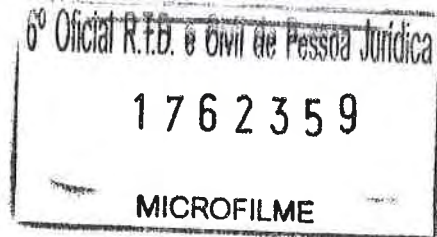
4.14.1. **Garantias Reais**

(i) alienação fiduciária (a) de 146.953.256 (cento e quarenta e seis milhões, novecentas e cinquenta e três mil e duzentas e cinquenta e seis) ações ordinárias de emissão da Emissora de titularidade da Serveng e da C&M, representativas, nesta data, de 25,95% (vinte e cinco inteiros e noventa e cinco centésimos por cento) do capital social da Emissora ("Percentual Alienado" e "Ações", respectivamente), totalmente integralizadas; e (b) quaisquer outras ações representativas do capital social da Emissora, ordinárias ou preferenciais, com ou sem direito de voto, e ainda quaisquer outros direitos (que não os de voto e à participação nos lucros), tais como direitos de subscrição, partes beneficiárias e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários relacionados ao capital social da Emissora, bem como quaisquer direitos de preferência, opções ou outros direitos sobre, mencionados nos títulos, que venham a ser subscritos, adquiridos ou de qualquer modo detido pelas Garantidoras até o pagamento integral das Obrigações Garantidas, direitos ou outros valores mobiliários de emissão da Emissora (exceto debêntures) que venham a deter no futuro ("Alienações Futuras"), nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças Sob Condição Suspensiva, a ser celebrado entre a Emissora, as Garantidoras, o Agente Fiduciário, entre outros ("Alienação Fiduciária de Ações" e "Contrato de Alienação Fiduciária de Ações", respectivamente);

(ii) cessão fiduciária de (a) todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, decorrentes, relacionados e/ou emergentes do Contrato de Concessão do Complexo Energético Corumbá IV, incluindo, sem limitar, os direitos creditórios bem como todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, decorrente da exploração da Concessão e que possam ser objeto de cessão fiduciária em garantia de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis e os direitos emergentes da Concessão, cujos valores deverão ser depositados na Conta Centralizadora (conforme abaixo definido) ("Direitos Emergentes da Concessão") e (b) de todos os valores que venham a ser depositados em determinada conta centralizadora na qual deverão necessariamente ser depositados e transitar todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, decorrentes, relacionados e/ou emergentes do Contrato de Concessão ("Conta Centralizadora") e a Conta Centralizadora, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia Sob Condição Suspensiva ("Direitos Creditórios Cedidos" e "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios", respectivamente);

(iii) alienação fiduciária de máquinas e equipamentos listados no Contrato de Alienação Fiduciária de Máquinas e Equipamentos em Garantia Sob Condição Suspensiva, a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário ("Alienação Fiduciária de Equipamentos" e, quando em conjunto com a Alienação Fiduciária de Ações e a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, "Garantias Reais") ("Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos" e, quando em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, "Contratos de Garantia Real");

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Ouriranda Nº 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.
Oficial: Raulito Alves da Silva
Subst: Ricardo V.M. Antunes
Autoriz: Marcos A. F. da Silva



(iv) exclusivamente como garantia das Debêntures da Primeira Série, para garantir as Obrigações Garantidas da Primeira Série (conforme abaixo definido), cessão fiduciária de determinada conta corrente em garantia onde deverão ser depositados e mantidos, recursos referentes a, no mínimo, 3 (três) parcelas de amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série ("Conta Garantia" e "Valor Mínimo da Conta Garantida"), observados os termos e condições a serem previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Contas e outras Avenças, a ser celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário e o banco administrador, observada determinada condição prevista no referido instrumento com relação à constituição da Carta de Fiança (conforme abaixo definido) ("Cessão Fiduciária de Conta Garantia", "Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Garantia" e "Garantia Real Primeira Série" respectivamente).

4.14.1.1. As Garantias Reais acima previstas foram constituídas sob condição suspensiva de eficácia, nos termos do artigo 125 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), nos termos dos Contratos de Garantia Real, até que seja verificada a liberação dos ônus existentes, nesta data, sobre as Garantias Reais, conforme previsto nos Contratos de Garantia Real ("Condições Suspensivas"). Uma vez verificadas as Condições Suspensivas, os Contratos de Garantia Real passarão a ser plenamente eficazes.

4.14.1.2. Os Contratos de Garantia Real serão levados a registro nos Cartórios de Registros de Títulos e Documentos das Comarcas das sedes ou domicílios das partes ("Cartórios"), na forma prevista na Lei de Registros Públicos, de nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, nos termos neles previstos. A Emissora enviará ao Agente Fiduciário uma via original de cada Contrato de Garantia Real, devidamente registrado nos Cartórios, tempestivamente após a obtenção dos respectivos registros.

4.14.1.3. Na data em que for verificada a Condição Suspensiva estabelecida na Cláusula 4.14.1.1 acima (i) as Debêntures da Primeira Série serão automaticamente convoladas em Debêntures da Primeira Série da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional e (ii) as Debêntures da Segunda Série serão automaticamente convoladas em Debêntures da Segunda Série da Espécie com Garantia Real, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das Sociedades por Ações.

4.14.1.4. A Emissora e o Agente Fiduciário ficam desde logo autorizados e obrigados a celebrar aditamentos a esta Escritura de Emissão ("Aditamentos"), na forma do Anexo II, para adequar a espécie das Debêntures, conforme as cláusulas 4.14.1.1. a 4.14.1.3. acima, e registrá-los junto à CETIP, ficando desde já estabelecido que não será necessária a realização de Assembleia Geral de Acionistas da Emissora e/ou de Assembleia Geral de Debenturistas para aprovação da celebração dos referidos Aditamentos.

4.14.2. **Garantias Fidejussórias**

(i) Para assegurar o cumprimento de todas as obrigações relativas às Debêntures da Primeira Série, a Serveng, por este ato e na melhor forma de direito, se obriga solidariamente com a Emissora pelo valor de R\$ 135.000.000,00 (cento e trinta e cinco milhões de reais) ("Valor da Fiança Corporativa"), em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas da Primeira Série, como fiadora, principal pagadora e solidariamente (com a Emissora) responsável, até o Valor da Fiança Corporativa, pelo fiel, pontual e integral cumprimento de todas as obrigações da Emissora nos termos das

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quintanda Nº 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.
Oficial: Raulino Alves da Silva
Subst: Ricardo V.M. Antunes
Autoriz: Marcos A. F. da Silva

[Handwritten signatures and initials]



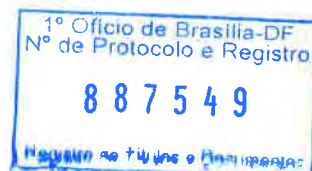
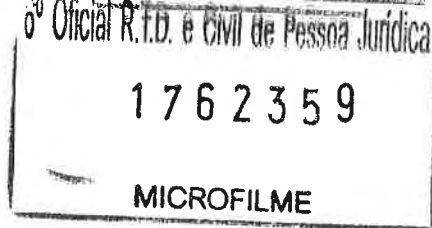
Debêntures da Primeira Série, renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 827, 829, parágrafo único, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil, e dos artigos 77 e 595 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo o saldo devedor do Valor Nominal Unitário, juros remuneratórios, encargos moratórios e multas, devidos pela Emissora nos termos das Debêntures da Primeira Série, bem como todo e qualquer acessório ao principal, inclusive qualquer custo ou despesa necessário comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas da Primeira Série em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais e/ou, quando houver, verbas indenizatórias devidas diretamente pela Emissora no âmbito de qualquer processo judicial, administrativo ou arbitral bem como no âmbito da Emissão, necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures da Primeira Série, incluindo honorários e despesas advocatícias ("Obrigações Garantidas da Primeira Série" e "Fiança Corporativa" respectivamente); e

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda N.º 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030
Oficial: Raulito Alves da Silva
Subst: Ricardo V.M. Antunes
Autoriz: Marcos A. F. da Silva

(ii) Observados os termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Garantia, alternativamente à Cessão Fiduciária prevista na alínea (iv) da Cláusula 4.14.1, ou seja, em substituição a manutenção do Valor Mínimo da Conta Garantida, a Emissora poderá, contratar, fiança bancária, em benefício único e exclusivo dos Debenturistas da Primeira Série, representados pelo Agente Fiduciário, no valor equivalente ao Valor Mínimo da Conta Garantida ("Valor da Fiança Bancária"). A fiança bancária será formalizada mediante carta de fiança, a ser prestada por instituição financeira, escolhida pelos Debenturistas, em sede de Assembleia Geral de Debenturista, ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas da Primeira Série ("Carta de Fiança", cuja definição inclui qualquer outra carta de fiança que venha a suceder a presente Carta de Fiança, nos termos previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Garantia, para o fim de garantir as obrigações oriundas das Debêntures da Primeira Série, e em conjunto com a Fiança Corporativa, "Fianças da Primeira Série" que, em conjunto com os Contratos de Garantias Real, "Contratos de Garantia" e "Garantias").

4.14.2.1. A Fiança Corporativa poderá ser desconstituída a qualquer momento a partir do mês de dezembro de 2017 (exclusive), mediante o envio de declaração da Fiadora, em conjunto com a Emissora, dirigida ao Agente Fiduciário, conforme modelo constante do Anexo III desta Escritura de Emissão, atestando o cumprimento de todas as condições abaixo estabelecidas, a serem calculados com base nas informações financeiras da Emissora, ao final de cada exercício social, conforme aplicável, em até 90 (noventa) dias corridos após a divulgação das respectivas demonstrações financeiras da Emissora, sendo que a primeira verificação dos índices abaixo ocorrerá com base nos números divulgados pela Emissora referentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2015:

- (a) comprovação ao Agente Fiduciário de que a relação Dívida Líquida / EBTIDA da Emissora atingiu valor inferior à 2,5 (dois inteiros e cinco décimos);
- (b) comprovação ao Agente Fiduciário de que o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") da Emissora atingiu, no período de 24 (vinte e quatro) meses anteriores ao pedido de desconstituição, valor superior a 1,3 (um inteiro e três décimos);



(c) não ocorrência de qualquer inadimplemento da Emissora e/ou da Fiadora com relação às obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão; e

(d) não ocorrência de qualquer inadimplemento da Emissora no âmbito do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica nº 12/2002-PRPJU/CEB, celebrado entre a Emissora e a Companhia Energética de Brasília – CEB, em 7 de março de 2002.

Para fins do disposto no item (b) acima, o ICSD será calculado de acordo com a fórmula constante do Anexo IV desta Escritura de Emissão.

4.14.2.2. Considerando a alternativa prevista na alínea (ii) da Cláusula 4.14.2 acima e observados os termos e condições previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Garantia, a Emissora deverá, na Data de Liquidação apresentar ao Agente Fiduciário comprovação ou da constituição do Valor Mínimo da Conta Garantia, por meio de extrato da Conta Garantia ou a Carta de Fiança, observado que a apresentação de um dos referidos instrumentos de Garantia é condição precedente para a liquidação Financeira das Debêntures da Primeira Série.

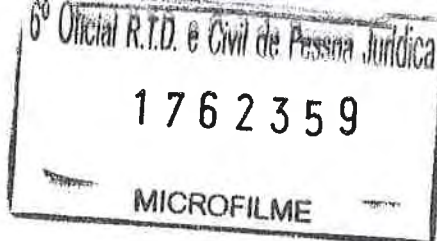
4.14.2.3. Cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial, das Fianças, conforme função que lhe é atribuída nesta Escritura, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora nos termos das Debêntures da Primeira Série. As Fianças poderão ser executadas e exigidas pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação de todas as Obrigações Garantidas da Primeira Série, sendo certo que a não execução das Fianças por parte do Agente Fiduciário não ensejará, em qualquer hipótese, perda do direito de execução das Fianças pelos Debenturistas da Primeira Série.

4.14.2.4. Não há preferência quanto à execução das Fianças ou das Garantias Reais, as Fianças e qualquer das Garantias Reais são garantias diversas, independentes e autônomas e respondem integralmente pelas obrigações da Emissora nos termos das Debêntures da Primeira Série e desta Escritura, conforme o caso.

4.14.2.5. A Fiança Corporativa entrará em vigor na data de celebração desta Escritura e permanecerá válida até o pagamento integral de todas as Obrigações Garantidas da Primeira Série, observadas as condições de liberação da Fiança Corporativa, nos termos da Cláusula 4.14.2.1. acima.

4.14.2.6. A Fiadora, desde já, concorda e se obriga a, (i) somente após a integral liquidação de todos os valores devidos aos Debenturistas da Primeira Série e ao Agente Fiduciário nos termos das Debêntures da Primeira Série, exigir e/ou demandar a Emissora e/ou o outro fiador em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos das Debêntures da Primeira Série; e (ii) caso receba qualquer valor da Emissora e/ou do outro fiador em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos das Debêntures da Primeira Série antes da integral liquidação de todos os valores devidos aos Debenturistas da Primeira Série e ao Agente Fiduciário nos termos das Debêntures da Primeira Série, repassar, no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data de seu recebimento, tal valor ao Agente Fiduciário, para pagamento aos Debenturistas da Primeira Série.

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda Nº 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.
Oficial: Raulito Alves da Silva
Subst: Ricardo V.M. Antunes
Autoriz: Marcos A. F. da Silva



4.14.2.7. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pela Fiadora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas da Primeira Série.

4.14.2.8. A Fiadora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas da Primeira Série caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança Corporativa objeto desta Cláusula, observado, entretanto, que a Fiadora desde já concorda e obriga-se a exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor honrado pela Fiadora nos termos da Fiança Corporativa somente após os Debenturistas da Primeira Série terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura.

4.14.2.9. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução das Fianças em favor dos Debenturistas da Primeira Série não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo as Fianças serem executadas e exigidas pelo Agente Fiduciário ou pelos titulares das Debêntures da Primeira Série, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até o integral cumprimento das Obrigações Garantidas da Primeira Série.

4.14.2.10. A Fiadora declara-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora e principal pagadora, de forma solidária, das Obrigações Garantidas da Primeira Série, independentemente de outras garantias contratuais que possam vir a ser constituídas pela Emissora no âmbito da Oferta.

4.14.2.11. As Fianças poderão ser executadas e exigidas pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação das Obrigações Garantidas da Primeira Série.

4.14.2.12. O valor correspondente às Obrigações Garantidas da Primeira Série será pago pela Fiadora e/ou pela Emissora em até 3 (três) Dias Úteis após notificação por escrito formulada pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas da Primeira Série à Fiadora e/ou à Emissora, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações decorrentes desta Escritura. Tal notificação deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário ou pelos titulares das Debêntures da Primeira Série após, respeitados os prazos de cura previstos nesta Escritura, a ocorrência da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura ou quando do vencimento antecipado das Debêntures.

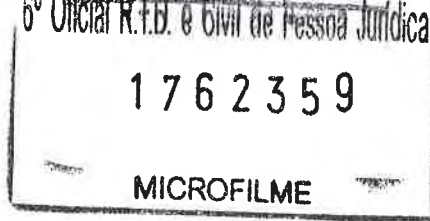
CLÁUSULA V

RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO, AQUISIÇÃO FACULTATIVA E AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA FACULTATIVA

5.1. Resgate Antecipado Facultativo

5.1.1. A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério, a partir da Data de Emissão realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures, sendo vedado o resgate parcial ("Resgate Antecipado Facultativo").

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda N° 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.
Oficial: Raulito Alves da Silva
Subst: Ricardo V.M. Antunes
Autoriz: Marcos A. F. da Silva



5.1.1.1. O Resgate Antecipado Facultativo somente poderá ocorrer mediante a publicação de aviso aos Debenturistas a ser amplamente divulgado nos termos da Cláusula 4.12.1. acima ("Comunicação de Resgate") com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo a ser implementado pela Emissora ("Data de Resgate Antecipado"). A Data de Resgate Antecipado deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil. As Debêntures serão resgatadas e canceladas na mesma data.

5.1.2. Na Comunicação de Resgate deverá constar: (i) a Data de Resgate Antecipado; (ii) a menção de que o valor correspondente ao pagamento será o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização, ou desde a última Data de Pagamento de Remuneração, conforme o caso, e dos demais encargos devidos e não pagos até a Data de Resgate Antecipado; (iii) a menção de que sobre o valor do item "ii" acima incidirá um prêmio determinado com base na Data de Resgate Antecipado ("Valor de Resgate"); e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo.

5.1.2.1. Exclusivamente em relação às Debêntures da Primeira Série, além do pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, acrescidas da respectiva Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data da Integralização, ou desde a última Data de Pagamento de Remuneração, conforme o caso, até a Data de Resgate Antecipado, a Emissora deverá pagar prêmio incidente sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série que serão resgatadas conforme indicado no período na tabela abaixo ("Prêmio de Resgate Antecipado das Debêntures da Primeira Série"), sendo que para tanto deverá ser aplicada a seguinte fórmula:

$$PA = PU \times \left(1 + \left(\left(\left((1 + PRE)^{1/252} - 1 \right) \times 128\% + 1 \right)^{252} - 1 \right) \times 100 \right)^{d/252}$$

Onde:

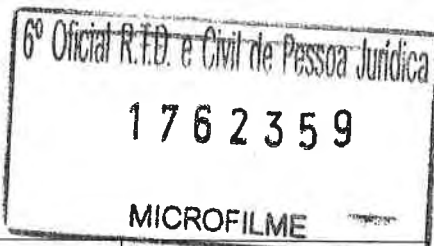
PA = valor do resgate de cada uma das Debêntures da Primeira Série em Circulação na data do respectivo resgate;

d = *duration* (medida de tempo, definida pela média ponderada entre os valores presentes de cada fluxo de cada uma das Debêntures da Primeira Série em Circulação, pelo seu prazo remanescente, em Dias Úteis);

PRE = Remuneração das Debêntures acrescida de prêmio a ser definido pelos Debenturistas da Primeira Série reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série.

5.1.2.1. Exclusivamente com relação às Debêntures da Segunda Série, além do pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data da Integralização, ou desde a última Data de Pagamento de Remuneração, conforme o caso, até a Data de Resgate Antecipado, a Emissora deverá pagar prêmio (flat) incidente sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série que serão resgatadas conforme indicado no período na tabela abaixo ("Prêmio de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série");





Período	Prêmio Incidente
de 19 de dezembro de 2014 (inclusive) até 19 de dezembro de 2015 (exclusive)	2,90%
de 19 de dezembro de 2015 (inclusive) até 19 de dezembro de 2016 (exclusive)	2,70%
de 19 de dezembro de 2016 (inclusive) até 19 de dezembro de 2017 (exclusive)	2,50%
de 19 de dezembro de 2017 (inclusive) até 19 de dezembro de 2018 (exclusive)	1,95%
de 19 de dezembro de 2018 (inclusive) até 19 de dezembro de 2019 (exclusive)	1,35%
de 19 de dezembro de 2019 (inclusive) até 19 de dezembro de 2020 (exclusive)	0,95%
de 19 de dezembro de 2020 (inclusive) até 19 de dezembro de 2021 (exclusive)	0,60%
de 19 de dezembro de 2021 (inclusive) até 19 de dezembro de 2022 (exclusive)	0,20%

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.269/0001-75, Rua da Quitanda Nº 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.
Oficial: Raulito Alves da Silva
Subst: Ricardo V.M. Antunes
Autoriz: Marcos A. F. da Silva

5.1.3. Para as Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, o resgate antecipado seguirá os procedimentos de liquidação de eventos adotados pela CETIP, e para as que não estiverem seguirão os procedimentos do Escriturador Mandatário e Banco Liquidante.

5.1.4. A CETIP deverá ser comunicada pela Emissora, com anuência do Agente Fiduciário, sobre o respectivo Resgate Antecipado Facultativo com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva Data de Resgate Antecipado.

5.1.5. As Debêntures resgatadas pela Emissora, conforme previsto nesta Cláusula 5.1, serão obrigatoriamente canceladas.

5.2. Aquisição Facultativa

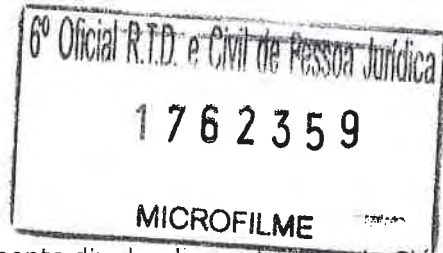
5.2.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, observado o estipulado no artigo 13 da Instrução CVM 476, adquirir Debêntures em Circulação, de acordo com o disposto no parágrafo 3º (terceiro) do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula 6.1, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.

5.3. Amortização Extraordinária Facultativa

5.3.1. A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério, a partir da Data de Emissão realizar a amortização extraordinária facultativa do Valor Nominal Unitário das Debêntures, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures ("Amortização Extraordinária Facultativa").

5.3.1.1. A Amortização Extraordinária Facultativa somente poderá ocorrer mediante a





publicação de aviso aos Debenturistas a ser amplamente divulgado nos termos da Cláusula 4.12.1. acima ("Comunicação de Amortização") com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa a ser implementada pela Emissora ("Data de Amortização Extraordinária"). A Data de Amortização Extraordinária deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.

5.3.2. Na Comunicação de Amortização deverá constar: (i) a Data de Amortização Extraordinária; (ii) a menção de que o valor correspondente à amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures será acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização, ou desde a última Data de Pagamento de Remuneração, conforme o caso, e dos demais encargos devidos e não pagos até a Data de Amortização Extraordinária; (iii) a menção de que sobre o valor do item "ii" acima incidirá um prêmio determinado com base na Data de Amortização Extraordinária ("Valor de Amortização"); e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Extraordinária Facultativa.

5.3.2.1. Exclusivamente em relação às Debêntures da Primeira Série, além da amortização do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, em todo o caso limitado a 98% (noventa e oito por cento) do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, acrescidas da respectiva Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data da Integralização, ou desde a última Data de Pagamento de Remuneração, conforme o caso, até a Data de Resgate Antecipado, a Emissora deverá pagar prêmio incidente sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série que será amortizado conforme indicado no período na tabela abaixo ("Prêmio de Amortização Extraordinária das Debêntures da Primeira Série"), sendo que para tanto deverá ser aplicada a seguinte fórmula:

$$PA = PU \times \left(1 + \left(\left(\left((1 + PRE)^{1/252} - 1 \right) \times 128\% + 1 \right)^{252} - 1 \right) \times 100 \right)^{d/252}$$

Onde:

PA = valor da amortização de cada uma das Debêntures da Primeira Série em Circulação na data do respectivo resgate;

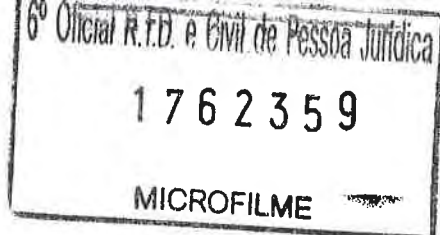
d = *duration* (medida de tempo, definida pela média ponderada entre os valores presentes de cada fluxo de cada uma das Debêntures da Primeira Série em Circulação, pelo seu prazo remanescente, em Dias Úteis);

PRE = Remuneração das Debêntures da Primeira Série acrescida de prêmio a ser definido pelos Debenturistas da Primeira Série reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série.

5.3.3. Exclusivamente com relação às Debêntures da Segunda Série, além do pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, em todo o caso limitado a 98% (noventa e oito por cento) do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data da Integralização, ou desde a última Data de Pagamento de Remuneração, conforme o caso, até a Data de Resgate Antecipado, a Emissora deverá pagar prêmio (flat) incidente sobre o saldo do Valor

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quintanda Nº 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-020.
Oficial: Raulito Alves da Silva
Subst: Ricardo V.M. Antunes
Autent: Marise A. F. da Silva





Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série que serão amortizadas conforme indicado no período na tabela abaixo ("Prêmio de Amortização das Debêntures da Segunda Série"):

Período	Prêmio Incidente
de 19 de dezembro de 2014 (inclusive) até 19 de dezembro de 2015 (exclusive)	2,90%
de 19 de dezembro de 2015 (inclusive) até 19 de dezembro de 2016 (exclusive)	2,70%
de 19 de dezembro de 2016 (inclusive) até 19 de dezembro de 2017 (exclusive)	2,50%
de 19 de dezembro de 2017 (inclusive) até 19 de dezembro de 2018 (exclusive)	1,95%
de 19 de dezembro de 2018 (inclusive) até 19 de dezembro de 2019 (exclusive)	1,35%
de 19 de dezembro de 2019 (inclusive) até 19 de dezembro de 2020 (exclusive)	0,95%
de 19 de dezembro de 2020 (inclusive) até 19 de dezembro de 2021 (exclusive)	0,60%
de 19 de dezembro de 2021 (inclusive) até 19 de dezembro de 2022 (exclusive)	0,20%

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Ourandã N° 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.
Oficial: Raulito Aves da Silva
Subst: Ricardo V.M. Antunes
Autoriz: Marcos A. F. da Silva

5.3.4. A CETIP, o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário deverão ser comunicados da realização da Amortização Extraordinária Facultativa com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data da Amortização Extraordinária.

5.3.5. O pagamento da Amortização Extraordinária Facultativa deverá ser realizado na data indicada na Comunicação de Amortização, e deverá abranger proporcionalmente todas as Debêntures, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP e, nas demais hipóteses, por meio do Banco Liquidante e Escriturador Mandatário.

5.3.6. As Partes, desde já, estabelecem que não será necessária a celebração de qualquer tipo de aditamento ou qualquer formalidade adicional à esta Escritura de Emissão em decorrência da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures, com exceção da definição de taxa componente do cálculo do Prêmio de Amortização Extraordinária das Debêntures da Primeira Série pelos Debenturistas da Primeira Série reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série.

CLÁUSULA VI VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1. Observado o disposto nas Cláusulas 6.1.1 a 6.1.4 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização, ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência de eventos estabelecidos na legislação aplicável ou ao tomar ciência da ocorrência das seguintes hipóteses (cada um desses eventos, um "Evento de Inadimplemento"):





- (i) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora e /ou das Garantidoras, independentemente do deferimento do respectivo pedido;
- (ii) (a) decretação de falência da Emissora e /ou das Garantidoras; (b) pedido de autofalência pela Emissora e /ou das Garantidoras; (c) pedido de falência da Emissora e /ou das Garantidoras formulado por terceiros não elidido no prazo legal;
- (iii) não pagamento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária das Debêntures na respectiva data de vencimento, não sanado em até 1 (um) Dia Útil contado das respectivas datas de vencimento, independente de aviso extrajudicial ou interpelação judicial;
- (iv) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária ou declaração de vencimento antecipado da Emissora, decorrente de inadimplemento de obrigação de pagar qualquer valor referente a obrigações pecuniárias cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou seu valor equivalente em outras moedas;
- (v) liquidação, dissolução, extinção, cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações, venda ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora que implique na alienação do controle acionário direto da Emissora, exceto se a referida alienação (i) for realizada entre a Emissora e suas controladas, controladoras, coligadas e sociedades sob controle comum ("Grupo Econômico"), desde que tal reorganização societária não altere o controle indireto da Serveng, independentemente de qualquer comunicação; ou (ii) for previamente aprovada por Debenturistas;
- (vi) concessão de mútuos pela Emissora a qualquer outra sociedade integrante do mesmo Grupo Econômico a que pertence a Emissora;
- (vii) protesto legítimo de títulos cambiários contra a Emissora cujo valor unitário ou agregado ultrapasse R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), salvo se (i) o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado perante o Agente Fiduciário, ou (ii) se o protesto for cancelado, sustado judicialmente, ou for prestada garantia aceita em juízo, no valor do(s) protesto(s), no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados da ocorrência do protesto;
- (viii) sentença transitada em julgado prolatada por qualquer juiz ou tribunal declarando a ilegalidade, nulidade ou inexecutabilidade de qualquer documento referente presente à Emissão e/ ou que versem sobre aspectos socioambientais da Emissora;
- (ix) realização por qualquer autoridade governamental de ato com objetivo de sequestrar, expropriar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Emissora e/ou das Garantidoras;
- (x) não cumprimento de qualquer decisão arbitral definitiva ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora em valor individual ou agregado superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, desde que a Emissora não comprove o pagamento ao Agente Fiduciário no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis a partir do referido pagamento, do referido valor, nos prazos e termos estabelecidos em referida decisão judicial transitada em julgado ou decisão arbitral definitiva;

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Ourfanda Nº 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.
Oficial: Raulito Alves da Silva
Subst: Ricardo V.M. Antunes
Autoriz: Marcos A. F. da Silva

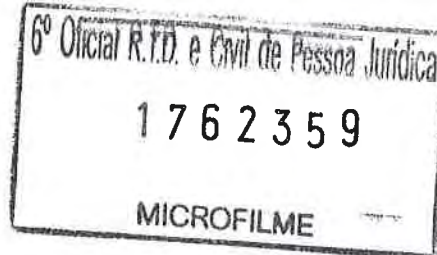




- (xi) término antecipado da concessão;
- (xii) não obtenção, cancelamento, revogação, suspensão das autorizações, licenças, inclusive ambientais, imprescindíveis e materialmente relevantes exigidas para operar;
- (xiii) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas na Escritura;
- (xiv) inobservância e infringência pela Emissora das obrigações estabelecidas pela legislação socioambiental e de saúde e segurança do trabalho, tais como combate a discriminação de raça ou gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, assédio moral ou sexual, bem como a crime contra o meio ambiente e/ou existência de restrições cadastrais, mas não se limitando ao Cadastro de Empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo definidas na Portaria nº 540, de 15 de outubro de 2004, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, bem como dos Princípios do Equador;
- (xv) arresto ou sequestro ou penhora de bens (exceto quando na penhora forem opostos, no prazo legal, os competentes embargos à execução) de bens do ativo permanente da Emissora, cujo valor individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da data do fato, o arresto ou sequestro seja cancelado ou suspenso;
- (xvi) comprovação de que qualquer declaração prestada pela Emissora e /ou pelas Garantidoras em qualquer dos documentos relacionados à Emissão são falsas, incorretas, inconsistentes, incompletas ou enganosas em quaisquer aspectos relevantes;
- (xvii) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra forma de remessa de recursos aos acionistas caso haja qualquer inadimplemento no âmbito da Emissão (pecuniário ou não pecuniário, desde que não sanado em prazo de cura acordado) da Emissora, exceto o pagamento do dividendo mínimo obrigatório;
- (xviii) transformação do tipo societário da Emissora, de sociedade anônima para sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 e 221, e sem prejuízo do disposto no artigo 222, todos da Lei das Sociedades por Ações;
- (xix) descumprimento, pela Emissora e /ou pelas Garantidoras, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura e nos Contratos de Garantia, não sanada no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados da data da ocorrência do descumprimento;
- (xx) autuação pelos órgãos governamentais de caráter fiscal, ambiental ou defesa da concorrência, entre outros, que possa vir afetar a capacidade operacional ou financeira da Emissora, bem como descumprimento dos Princípios do Equador;
- (xxi) alteração direta do controle acionário da Emissora que modifique substancialmente as atividades atualmente por ela praticadas, excetuadas transferências de ações decorrentes de reorganizações entre sociedades integrantes do mesmo grupo econômico, sendo que, para fins desse item, controle acionário tem o significado disposto no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações;

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Ourandã Nº 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.
Oficial: Raulito Alves da Silva
Subst: Ricardo V.M. Antunes
Autoriz: Marcos A. F. da Silva





(xxii) se: (i) houver descumprimento de qualquer das obrigações previstas nos Contratos de Garantia Real, não sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, caso não haja um prazo de cura específico ali previsto; ou (ii) as Garantias (a) forem objeto de questionamento judicial pela Emissora ou pelas Garantidoras e/ou suas respectivas controladas; (b) forem anuladas; ou (c) de qualquer forma, deixar de existir ou for rescindida; ou (iii) caso qualquer aditamento aos Contratos de Garantia Real não sejam devidamente registrado nos competentes cartórios de Registro de Títulos e Documentos, nos prazos estabelecidos nos respectivos Contratos de Garantia Real;

(xxiii) não pagamento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária nos termos (a) do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 03.2.499.3.1, celebrado em 8 de dezembro de 2003 entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), a Emissora, Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A., Serveng e C&M; (ii) do Contrato de Financiamento Mediante Repasse de Recursos do BNDES nº 21/00100-6, celebrado em 14 de junho de 2004 entre a Emissora, o Banco do Brasil S.A. e Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.; e (c) do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Com Garantia Real em Segundo Grau, Em Série Única para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Corumbá Concessões S.A." celebrado em 18 de outubro de 2012 entre a Emissora e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos debenturistas da primeira emissão de debêntures da Emissora, não sanado em até 5 (cinco) Dias Úteis contados das respectivas datas de vencimento, independente de aviso extrajudicial ou interpelação judicial;

(xxiv) não observância pela Emissora dos índices financeiros abaixo especificados, acompanhados pelo Agente Fiduciário (i) anualmente no caso do Índice Financeiro Dívida Líquida (conforme definido abaixo) e (ii) anualmente no caso do Índice Financeiro Serviço da Dívida (conforme definido abaixo) (sendo o Índice Financeiro Dívida Líquida e o Índice Financeiro Serviço da Dívida, quando considerados em conjunto "Índices Financeiros"), até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures, a serem calculados com base nas informações financeiras da Emissora, ao final de cada exercício social, conforme aplicável, em até 90 (noventa) dias corridos após a divulgação das respectivas demonstrações financeiras da Emissora, sendo que a primeira verificação dos Índices Financeiros ocorrerá com base nos números divulgados pela Emissora referentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2015:

	Ano	Índice
Dívida Líquida/(EBITDA) ("Índice Financeiro Dívida Líquida") ultrapasse os seguintes índices nos anos indicados:	2015	4,7x
	2016	3,5
	2017	2,7
	2018 em diante	2,0
Dividendos Recebidos / Serviço da Dívida das Debêntures ("Índice Financeiro Serviço da Dívida")	2015 a 2022	Maior a 1,3x

Para os fins do disposto no inciso no item acima entender por:





(a) "Dívida Líquida": a somatória da rubrica de empréstimos, financiamentos e debêntures no passivo circulante e não circulante, acrescida da rubrica de operações com derivativos do passivo circulante e não circulante, bem como qualquer outra rubrica que se refira à dívida financeira onerosa da Emissora que venha a ser criada, com exceção de fornecedores em geral, excluída a rubrica de disponibilidades, aplicações financeiras e operações com derivativos do ativo circulante e não circulante, com base em valores extraídos do balanço patrimonial consolidado da Emissora;

(b) "EBITDA": o lucro operacional antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses, conforme cada item seja reportado nas demonstrações financeiras da Emissora, apurados segundo as normas contábeis aplicáveis.

(c) "Dividendos Recebidos": o fluxo de dividendos e juros sobre capital próprio de titularidade da Emissora, decorrente de sua participação em cada uma das Controladas, que tenham sido efetivamente distribuídos nos últimos 12 (doze) meses; e

(d) "Serviço da Dívida das Debêntures": o valor pago pela Emissora a título de Remuneração das Debêntures e amortização do Valor Nominal Unitário nos últimos 12 (doze) meses.

(xxv) Caso as ações de emissão da Companhia que não estejam oneradas em favor dos Debenturistas, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, sejam oferecidas e oneradas em favor de terceiros, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas.

6.1.1. A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento de qualquer dos eventos descritos nos itens acima, comunicar em até 1 (um) Dia Útil ao Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas.

6.1.2. A ocorrência dos eventos descritos nos itens (i), (ii), (iii), (iv), (v), (vi), (viii), (xi), (xiii), (xiv); (xxii) e (xxv) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

6.1.2.1. Exceto conforme previsto na Cláusula 6.1.2 acima, que acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, na ocorrência de quaisquer dos demais eventos indicados na Cláusula 6.1 desta Escritura, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro do prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, respectivamente, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula IX e o quorum específico estabelecido na Cláusula 6.1.3 abaixo.

6.1.3. A Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e a Assembleia de Debenturistas da Segunda Série as quais se refere à Cláusula 6.1.2.1. anterior poderão, por deliberação dos Debenturistas da Primeira Série e dos Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, que representem, no mínimo, 65% (sessenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação das respectivas Séries, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures das respectivas Séries.

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda Nº 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.
Oficial: Raulito Alves da Silva
Subst: Ricardo V.M. Antunes
Autoriz: Marcos A. F. da Silva





6.1.4. Não se realizando a Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e/ou a Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme disposto na Cláusula 6.1.3 supra, no caso de não instalação, em segunda convocação, da referida Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, deverá o Agente Fiduciário declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures da respectiva Série e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures da respectiva Série, acrescido da Remuneração e encargos até a data de seu efetivo pagamento.

6.1.5. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures da Primeira Série e/ou da as Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, nas hipóteses dos itens 6.1.2 e 6.1.4 o Agente Fiduciário deverá enviar notificação à Emissora, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis, informando o vencimento antecipado.

6.1.6. Caso ocorra o pagamento citado no item 6.1.5, a CETIP deverá ser comunicada, pela Emissora, com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis (conforme abaixo definido) de antecedência da data estipulada para sua realização.

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda Nº 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030
Oficial: Raulito Alves da Silva
Subst: Ricardo V.M. Antunes
Autoriz: Marcos A. F. da Silva

CLÁUSULA VII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

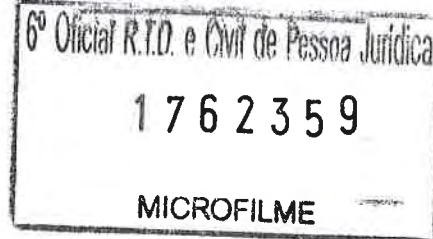
(i) fornecer ao Agente Fiduciário:

a. os Avisos aos Debenturistas, fatos relevantes conforme definido na Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358") e atas de assembleias que envolvam matérias que possam, a critério da Emissora, de alguma forma, impactar os valores mobiliários de emissão da Emissora, afetar sua capacidade de pagamento ou causar efeito adverso relevante sobre as Debêntures, em até 3 (três) Dias Úteis da data em que forem divulgados ao mercado;

b. no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados do recebimento da respectiva solicitação, cópia de todos os documentos que venham a ser razoavelmente solicitados pelo Agente Fiduciário com relação a qualquer incorporação, fusão, cisão ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, incluindo cópia das demonstrações financeiras da Emissora levantadas após cada um destes eventos; cópia de qualquer notificação judicial recebida pela Emissora, imediatamente após seu recebimento, que possa resultar, a critério da Emissora, em um efeito adverso materialmente relevante sobre as Debêntures no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data do seu recebimento, ressalvado que caso venham a ser solicitados quaisquer desses documentos pelo Agente Fiduciário e que não tenham sido originalmente encaminhados pela Emissora, essa deverá enviá-los em até 3 (três) Dias Úteis;

c. os comprovantes de cumprimento de suas obrigações pecuniárias perante os Debenturistas no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva data de vencimento;





d. em até 1 (um) Dia Útil informações a respeito da ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento. Essas informações deverão vir acompanhadas de um relatório da Emissora contendo a descrição da ocorrência e das medidas que a Emissora pretende tomar com relação a tal ocorrência;

e. dentro de 10 (dez) Dias Úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, não abrangida pelas demais alíneas deste item (i), a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura e da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28") e

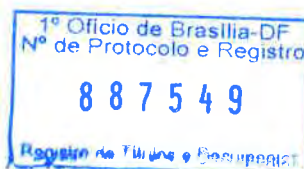
f. dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias consecutivos da data de encerramento de cada exercício social ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) demonstrações financeiras referentes ao exercício social então encerrado, completas e auditadas da Emissora, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, (ii) relatório específico de apuração dos Índices Financeiros, elaborado pelos auditores independentes contratados pela Emissora, contendo a memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção relação dos Índices Financeiros, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora e/ou aos auditores independentes todos os esclarecimentos adicionais que se façam necessários, (iii) declaração assinada pelo diretor da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando (a) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (b) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; e (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social; e

g. informar e enviar o organograma, todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme Instrução CVM 28, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, controladores, controladas, controle comum, coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.

(ii) manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário, o Agente Fiduciário e todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures;

(iii) notificar em até 1 (um) Dia Útil o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial, material e adversamente relevante nas condições financeiras, econômicas ou comerciais da Emissora (a) que possa, comprovadamente, afetar a decisão, por parte dos investidores, de adquirir as Debêntures; ou (b) que possa impossibilitar ou dificultar de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, a seu exclusivo critério, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures; ou (c) que faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora não mais reflitam a real condição econômica e financeira da Emissora;

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda nº 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.
Oficial: Raulito Alves da Silva
Subst: Ricardo V.M. Antunes
Autoriz: Marcos A. F. da Silva





(iv) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário por meio do MDA, administrado pela CETIP, durante o prazo de vigência das Debêntures, efetuando pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao referido registro;

(v) cumprir com todas as obrigações previstas na Instrução CVM 476, em especial as estabelecidas em seu artigo 17, e demais normativos aplicáveis à Emissão, ou seja:

a. preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;

b. submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;

c. divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores no endereço www.corumbaconcessoes.com.br, mantendo estes documentos em sua página por um prazo de 3 (três) anos, e encaminhá-los à CETIP, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;

d. manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de três anos;

e. observar as disposições da Instrução CVM 358, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;

f. divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente aos Coordenadores e ao Agente Fiduciário; e

g. fornecer as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP;

(vi) observar toda a legislação aplicável à Emissora e à Emissão, incluindo, sem limitação, as normas de conduta previstas no artigo 48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), com exceção do seu inciso III;

(vii) comunicar em até 1 (um) Dia Útil à CVM, à CETIP e ao Agente Fiduciário qualquer inadimplência no cumprimento das obrigações contraídas perante os Debenturistas;

(viii) convocar, nos termos das Cláusulas 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 desta Escritura, Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura, mas não o faça;

(ix) manter atualizados e em boa ordem os livros e registros societários;

(x) guardar, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da presente data, toda a documentação relativa à Oferta Restrita;

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Ourandã Nº 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.
Oficial: Raulito Alves da Silva
Subst: Ricardo V.M. Antunes
Autoriz: Marcos A. F. da Silva





(xi) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

(xii) não praticar nenhum ato em desacordo com seu Estatuto Social ou com esta Escritura, em especial os que possam, diretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares das Debêntures;

(xiii) cumprir todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, inclusive ambientais, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua bens, bem como com os padrões e diretrizes estabelecidos pelos Princípios do Equador adotando medidas e ações necessárias à prevenção, mitigação, correção e compensação de eventuais danos e/ou irregularidades ambientais e sociais, e declara ainda que a utilização dos valores objeto das Debêntures não implicará violação de seus dispositivos;

(xiv) aplicar recursos obtidos por meio da Emissão de Debêntures, por si ou por empresa integrante do seu grupo econômico, estritamente conforme o descrito na Cláusula 3.6 acima;

(xv) atender de forma eficiente às solicitações razoáveis e fundamentadas dos titulares das Debêntures e do Agente Fiduciário;

(xvi) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura, no que for aplicável;

(xvii) enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea (c) do subitem (iii) acima; (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo de 1 (um) Dia Útil a contar do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (c) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 28, de 2 de abril de 2009;

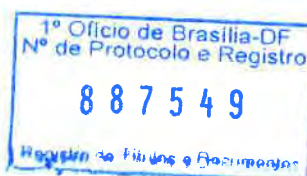
(xviii) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;

(xix) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço; e

(xx) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitado e convocado nos prazos previstos nesta Escritura.

7.2. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quintanda Nº 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.
Oficial: Raulito Alves da Silva
Subst: Ricardo V.M. Antunes
Autoriz: Marcos A. F. da Silva





CLÁUSULA VIII AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. Nomeação

8.1.1. A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificada no preâmbulo desta Escritura, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

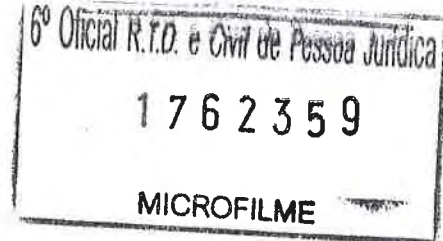
8.2. Declaração

8.2.1. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (i) não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM 28, e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- (ii) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (iii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iv) conhecer e aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (v) não ter nenhuma ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (vi) está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- (vii) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (viii) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (ix) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (x) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (xi) que verificou, no momento que aceitou a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, na Data de Emissão;

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Ourandã Nº 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.
Oficial: Raulito Aves da Silva
Subst: Ricardo V.M. Antunes
Autoriz: Marcos A. F. da Silva





(xii) o seu representante legal que assina esta Escritura tem poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatário, teve os poderes legitimamente outorgados, estando o respectivo mandato em pleno vigor, conforme disposições de seu estatuto social;

(xiii) na data de assinatura desta Escritura, as Garantias Reais encontram-se devidamente constituídas, entretanto, não são oponíveis perante terceiros até que sejam verificadas as Condições Suspensivas nos termos da cláusula 4.14.1.1., e realizados os devidos registros nos competentes Cartórios, nos termos da cláusula 4.14.1.2.;

(xiv) com base no organograma disponibilizado pela Emissora, para os fins do disposto no artigo 12, alínea k, da Instrução CVM 28, seguem abaixo os dados relativos às emissões de debêntures feitas pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que o Agente Fiduciário tenha atuado como agente fiduciário: 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real em segundo grau, em série única para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Emissora ("1ª Emissão da Emissora"), com vencimento em 05 de novembro de 2020, em que foram emitidas 200 (duzentas) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$200.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 1ª Emissão da Emissora foram garantidas por penhor em segundo grau de 146.953.256 (cento e quarenta e seis milhões, novecentas e cinquenta e três mil e duzentas e cinquenta e seis) ações ordinárias de emissão da Emissora de titularidade da Fiadora e da C&M Engenharia LTDA., bem como por penhor em segundo grau de todos e quaisquer direitos, presente e/ou futuros, decorrentes, relacionados e/ou emergente do Contrato de Concessão firmado entre a Emissora e a ANEEL, conforme previsto na escritura de emissão; e

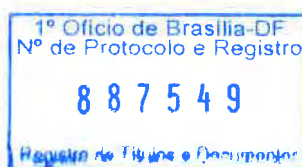
(xv) assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os debenturistas de eventuais emissões de debêntures realizadas pela Companhia, sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia, em que venha atuar na qualidade de agente fiduciário.

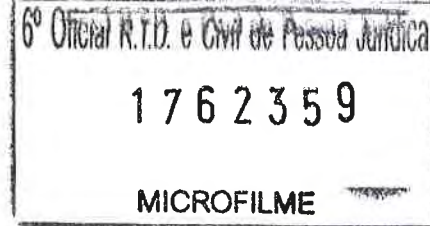
8.3. Substituição

8.3.1. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Emissora nos termos desta Escritura inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição.

8.3.2. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda N° 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030
Oficial: Raülito Alves da Silva
Subst: Ricardo V.M. Antunes
Autoriz: Marcos A. F. da Silva





antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 9.3.6 abaixo.

8.3.3. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato à Emissora, pedindo sua substituição.

8.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta Restrita, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

8.3.5. A substituição em caráter permanente do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser arquivado na JCDF.

8.3.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto iniciará o exercício de suas funções na data do aditamento a esta Escritura relacionado à referida substituição e receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

8.3.7. o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Emissora e aos Debenturistas nos termos da Cláusula 11.1 abaixo; e

8.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito baixados por atos da CVM.

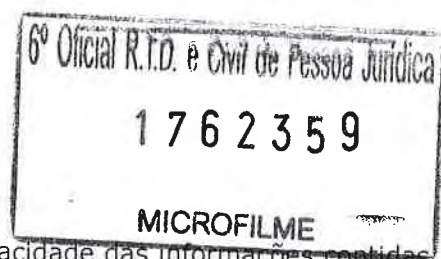
8.4. Deveres

8.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papeis relacionados com o exercício de suas funções;



3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda, Nº 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-020.
Oficial: Raulino Alves da Silva
Subst: Ricardo V.M. Antunes
Autoriz: Marcos A. F. da Silva



(iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

(v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos Aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

(vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

(vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;

(viii) verificar a regularidade da constituição das garantias reais, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;

(ix) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, dos cartórios de protesto, das Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;

(x) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, que deverá ser arcada por esta;

(xi) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos Jornais de Publicação, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;

(xii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

(xiii) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea "b" da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

(a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

(b) alterações estatutárias ocorridas no período;

(c) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.269/0001-75, Rua da Quitanda Nº 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.
Oficial: Raulito Alves da Silva
Subst: Ricardo V.M. Antunes
Autoriz: Marcos A. F. da Silva

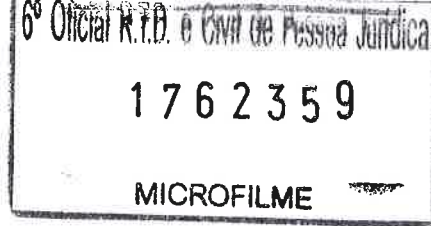




- (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (e) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (f) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
- (g) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- (h) relação dos bens e valores entregues à sua administração, se for o caso;
- (i) pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (j) declaração sobre a suficiência e exequibilidade das Garantias; e
- (k) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28.
- (xiv) disponibilizar o relatório de que trata a alínea (xii) imediatamente anterior aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos (a) na sede da Emissora; (b) no seu escritório; (c) na CVM e na CETIP; e (d) na sede dos Coordenadores.
- (xv) publicar, às expensas da Emissora, nos Jornais de Publicação, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea (xiii) imediatamente anterior;
- (xvi) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, neste último caso assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures e seus respectivos Debenturistas;
- (xvii) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- (xviii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à CETIP;
- (xix) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas; e

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda, nº 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.
Oficial: Raulito Alves da Silva
Subst: Ricardo V.M. Aritunes
Autoriz: Marcos A. F. da Silva





(xx) calcular, em conjunto com a Emissora, de acordo com a fórmula prevista na Cláusula 4.2 deste instrumento, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, disponibilizando-o aos Debenturistas e aos participantes do mercado por meio de sua central de atendimento e/ou em seu site.

8.5. Atribuições Específicas

8.5.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, nos termos da Cláusula 6.1 desta Escritura;
- (ii) executar as Garantias Reais, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas;
- (iii) requerer a falência da Emissora, enquanto as Garantias Reais não forem constituídas, e mesmo após caso as Garantias Reais não sejam suficientes; e
- (iv) tomar qualquer providência necessária para que os debenturistas realizem seus créditos; e
- (v) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

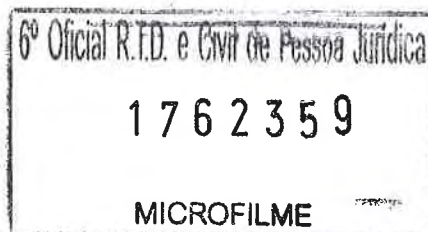
8.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (i) a (iv) da Cláusula 8.5.1 acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (v) da Cláusula 8.5.1 acima.

8.5.3. Os atos ou manifestações do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como os atos ou manifestações relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando assim previamente deliberados pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

8.5.4. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão cuja definição seja de competência dos Debenturistas, comprometendo-se somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações a ele transmitidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução 28 da CVM, dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações e dos termos e condições desta Escritura, estando este isento, sob

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda Nº 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030
Oficial: Raulito Alves da Silva
Subst: Ricardo V.M. Antunes
Autoriz: Marcos A. F. da Silva





qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável ou desta Escritura.

8.5.5. O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Emissora para acompanhar o atendimento dos Índices Financeiros.

8.6. Remuneração do Agente Fiduciário

8.6.1. Será devida ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, remuneração composta de parcelas anuais de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) Dia Útil após a data de assinatura da Escritura e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de Inadimplências não sanadas pela Emissora.

8.6.1.1. As parcelas da remuneração referenciadas na Cláusula 8.6.1 acima serão atualizadas pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (“IGP-M/FGV”), ou ainda, na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento até as datas de pagamento seguintes, calculados *pro rata die*, se necessário.

8.6.1.2. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.

8.6.1.3. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, à Emissora, mediante instrução da mesma nesse sentido.

8.6.1.4. Caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando à alteração da remuneração do Agente Fiduciário.

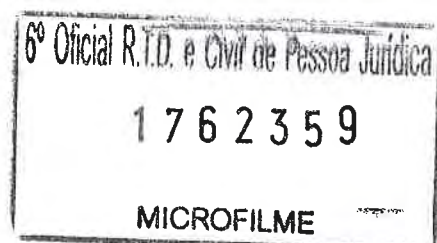
8.6.1.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

8.6.2. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração mencionada na Cláusula 8.6.1 acima, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

8.6.3. As parcelas da remuneração mencionada na Cláusula 8.6.1 acima serão acrescidas de (i) Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS); (ii) Programa de Integração Social (PIS); (iii) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS); (iv)

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitandinha nº 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.
Oficial: Raulito Alves da Silva
Subst: Ricardo V.M. Antunes
Autoriz: Marcos A. F. da Silva





Imposto de Renda (IRRF) e (vi) quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda (IR), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

8.6.4. A remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após, sempre que possível, prévia aprovação da Emissora.

8.7. Despesas

8.7.2. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

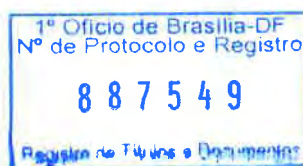
8.7.3. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado, em até 10 (dez) dias corridos, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora mediante entrega das cópias dos comprovantes de pagamento.

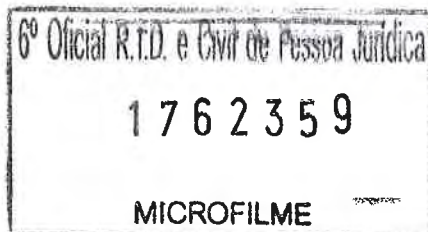
8.7.4. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário tenha que incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas na proporção de seus créditos, exceto nas hipóteses em que as despesas sejam feitas em caráter de comprovada urgência, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

8.7.5. As despesas a que se refere esta Cláusula compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (ii) fotocópias, digitalizações, envio de documentos;
- (iii) extração de certidões e despesas cartorárias e com correios quando necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário;

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-73, Rua da Quitanda Nº 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.
Oficial: Raulito Alves da Silva
Subst: Ricardo V.M. Antunes
Autoriz: Marcos A. F. da Silva





(iv) locomoções entre estados da Federação e respectivas hospedagens, transportes e alimentação quando necessárias ao desempenho das suas funções;

(v) despesas com *conference call* e contatos telefônicos, especialistas, tais como assessoria legal aos Debenturistas em caso de vencimento antecipado das Debêntures, bem como depósitos, custas e taxas judiciais de ações judiciais propostas pelos Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, ou decorrentes de ações intentadas contra estes, no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; e

(vi) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

8.7.6. O crédito do Agente Fiduciário por despesas em que tenha incorrido para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma descrita nas Cláusulas 8.7.1 e 8.7.2 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Ourianda Nº 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.
Oficial: Raulito Alves da Silva
Subst: Ricardo V.M. Antunes
Autoriz: Marcos A. F. da Silva

CLÁUSULA IX ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

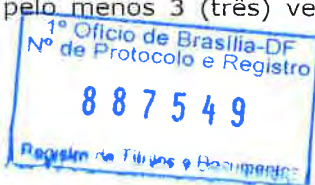
9.1. À Assembleia Geral de Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas") quando tratar-se de assembleias de Debenturistas da Primeira Série e da Segunda Série em conjunto, "Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série" quando tratar-se apenas de assembleias com deliberações de Debenturistas da Primeira Série, e "Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série" quando tratar-se apenas de assembleias com deliberações de Debenturistas da Segunda Série) aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

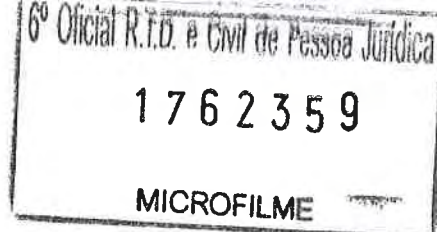
9.2. Exceto se disposto de forma diversa nesta Escritura, as Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas e instaladas contando com a participação de Debenturistas de ambas as Séries, que nelas irão deliberar em conjunto.

9.3. Convocação

9.3.1. As Assembleias Gerais podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. As Assembleias Gerais de Debenturistas da Primeira Série podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, e/ou por Debenturistas da Primeira Série que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação da Primeira Série. As Assembleias Gerais de Debenturistas da Segunda Série podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, e/ou por Debenturistas da Segunda Série que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação da Segunda Série.

9.3.2. A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas, das Assembleias Gerais de Debenturistas da Primeira Série ou das Assembleias Gerais de Debenturistas da Segunda Série se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de





imprensa nos quais a Emissora efetue suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

9.3.3. Qualquer Assembleia Geral de Debenturistas, tanto da Primeira Série quanto da Segunda Série, deverá ser realizada, em primeira convocação, em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação, ou, não se realizando a Assembleia Geral de Debenturistas, em segunda convocação, em um prazo de 8 (oito) dias, contados da data da publicação do novo anúncio de convocação.

9.3.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia.

9.3.5. Será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas, Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação de ambas as séries, da Primeira Série ou da Segunda Série, respectivamente, independentemente de publicações e/ou avisos.

9.4. Quorum de Instalação

9.4.1. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, 60% (sessenta por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo) e, em segunda convocação, com qualquer quorum. A Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas da Primeira Série que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação da Primeira Série (conforme definido abaixo) e, em segunda convocação, com qualquer quorum. A Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas da Segunda Série que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação da Segunda Série (conforme definido abaixo) e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

9.4.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas, Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série previstos nesta Escritura, consideram-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures da Primeira Série e/ou da Segunda Série, conforme o caso, subscritas, excluídas aquelas Debêntures da Primeira Série e/ou Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle), sociedades sob controle comum, ou administradores (conselheiros ou diretores) da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, até segundo grau.

9.5. Quorum de Deliberação



3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda Nº 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030
Oficial: Raulito Alves da Silva
Subst: Ricardo V.M. Antunes
Autoriz: Marcos A. F. da Silva



9.5.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debenture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.5.2 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas da Primeira Série, a cada Debênture em Circulação da Primeira Série caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista da Primeira Série ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.5.2 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série dependerão de aprovação de Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da Primeira Série. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas da Segunda Série, a cada Debênture em Circulação da Segunda Série caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista da Segunda Série ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.5.2 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série dependerão de aprovação de Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação da Segunda Série.

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda N° 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.
Oficial: Raulito Alves da Silva
Subst: Ricardo V.M. Antunes
Autoriz: Marcos A. F. da Silva

9.5.2. Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 9.5.1 acima:

(i) os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura, caso aplicável; e

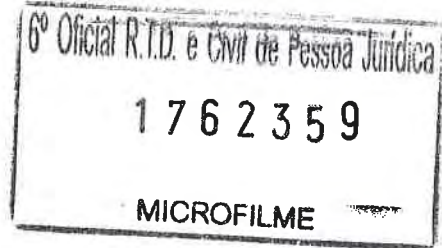
(ii) qualquer alteração, incluindo-se alteração de redação, inclusão ou exclusão de hipótese: (a) na Remuneração, exceto pelo disposto na Cláusula 4.2.1.4 acima; (b) em quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura; (c) em quaisquer disposições previstas na Cláusula VI desta Escritura, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário (d) nas regras relacionadas ao Resgate Antecipado Facultativo previstas na Cláusula V desta Escritura; (e) na Data de Vencimento; e/ou (f) na espécie das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso; em qualquer destas 6 (seis) hipóteses, será necessária a aprovação de Debenturistas da Primeira Série e/ou Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação das respectivas Séries.

9.5.3. As alterações dos quoruns estabelecidos nesta Escritura e/ou das disposições estabelecidas nesta Cláusula 9.5 deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

9.5.4. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora em quaisquer assembleias gerais, a não ser quando ela seja solicitada pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura, hipótese em que será obrigatória.

9.5.5. O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembleias gerais para prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.





CLÁUSULA X DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

10.1. Declarações da Emissora e a Fiadora

10.1.1. A Emissora e a Fiadora, em conjunto e individualmente, declaram e garantem ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

(i) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, a celebrar esta Escritura, os Contratos de Garantia e a cumprir todas as obrigações nesta previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(ii) a celebração desta Escritura e dos Contratos de Garantia, bem como o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem nenhuma disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultarão em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, ou (b) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

(iii) esta Escritura e as Garantias, prevista acima, constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora e da Fiadora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil, tendo os representantes legais que assinam esta Escritura poderes para assumir, em nome da Emissora, as obrigações nela estabelecidas;

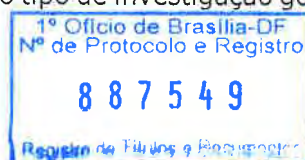
(iv) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas;

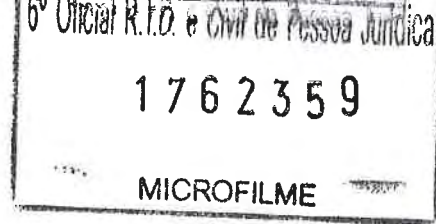
(v) está cumprindo com todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução dos negócios da Emissora e da Fiadora e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora e da Fiadora, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, adotando, quando o caso, as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;

(vi) as demonstrações financeiras da Emissora e da Fiadora apresentam de maneira adequada a sua respectiva situação financeira nas datas a que se referem, tendo sido devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil. Desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, a Emissora e a Fiadora não têm conhecimento de nenhum impacto adverso relevante que cause prejuízos na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora ou a Fiadora fora do curso normal de seus negócios e que gere prejuízos ou seja relevante para a Emissora ou para a Fiadora, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora ou da Fiadora;

(vii) não tem conhecimento da existência de nenhuma ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quintanda Nº 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.
Oficial: Raulito Alves da Silva
Subst: Ricardo V.M. Antunes
Autoriz: Marcos A. F. da Silva





vir a causar impacto substancial, material e adverso à Emissora ou à Fiadora, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras disponibilizadas pela Emissora e pela Fiadora ao mercado;

(viii) estão cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, os contratos, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e/ou de suas controladas, exceto por aqueles que (i) não possam afetar a capacidade da Emissora ou da Fiadora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão; ou (ii) questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, e/ou por aquelas constantes das demonstrações financeiras da Emissora;

(ix) manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Emissora e à Fiadora a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;

(x) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora, tendo sido disponibilizadas informações sobre as transações relevantes da Emissora, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes;

(xi) não omitiu ou omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa da sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos investidores das Debêntures;

(xii) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia fechada de acordo com as leis brasileiras;

(xiii) não tem nenhuma ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão;

(xiv) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura;

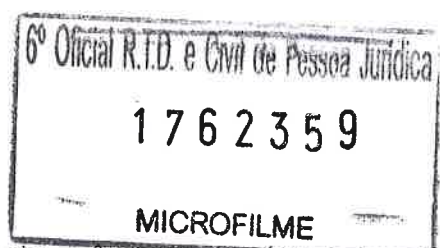
(xv) a Emissora tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo que até a presente data a Emissora e nem a Fiadora não foi notificada acerca da revogação de qualquer delas ou da existência de processo administrativo que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas, exceto para as quais a Emissora ou a Fiadora possua provimento jurisdicional vigente autorizando sua atuação sem as referidas licenças ou se nos casos em que tais licenças estejam em processo legal de renovação;

(xvi) exclusivamente com relação à Emissora, tem conhecimento de que não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da distribuição, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;

(xvii) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quintanda Nº 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.
Oficial: Raulito Aves da Silva
Subst: Ricardo V.M. Antunes
Autoriz: Marcos A. F. da Silva





livre vontade entre a Emissora e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé;
e

(xviii)nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora e/ou das Garantidoras de suas obrigações nos termos da presente Escritura e dos Contratos de Garantia, bem como pelo registro da Emissão na CETIP.

10.1.2. Sem prejuízo do disposto no item 11.1 acima, a Emissora e as Garantidoras comprometem-se a notificar em até 2 (dois) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, inconsistente, imprecisas, incompletas, incorretas ou insuficientes, a partir da data em que forem prestadas.

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda nº 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.
Oficial: Raulito Alves da Silva
Subst: Ricardo V.M. Antunes
Autoriz: Marcos A. F. da Silva

CLÁUSULA XI DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Comunicações

11.1.1. Qualquer notificação, instrução ou comunicação a ser realizada entre as Partes em virtude deste Contrato deverá ser entregue pessoalmente, por correio, *courier* ou correio eletrônico, desde que, em qualquer hipótese, acompanhada de comprovante de recebimento, devendo ser endereçada a:

Para a Emissora:

CORUMBÁ CONCESSÕES S.A.

SIA, Trecho 03, Lote 1875

CEP: 71.200-030 – Brasília - DF

At.: Sr. Marcelo Siqueira Mendes (Diretor Administrativo Financeiro) / Srtª. Jussara P.M. Fernandes da Silva (Gerente Administrativo Financeiro) / Roselane Cristina Matos (Departamento Jurídico)

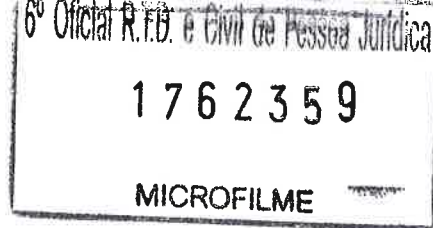
Tel.: (61) 3462-5200

Fax: (61) 3462-5224

Emails: mmendes@corumba4.com.br, jsilva@corumba4.com.br e rmatos@corumba4.com.br.

Para o Agente Fiduciário:





PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304

CEP 22640-102, Rio de Janeiro - RJ

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Tel: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: operacional@pentagonotrustee.com.br

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda Nº 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.
Oficial: Raulito Alves da Silva
Subst: Ricardo V.M. Antunes
Autoriz: Marcos A. F. da Silva

Para o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

BANCO BRADESCO S.A.

Núcleo Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara

CEP 06.029-900,

Osasco - SP

At.: Sra. Pérsia Alves Gonçalves de Barros / Sr. João Batista de Souza

Tel.: (11) 3684-9444 / 3684-7911

Fac-símile: (11) 3684-2714

E-mail: 4010.persia@bradesco.com.br / 4010.jbsouza@bradesco.com.br

Para a CETIP:

CETIP S.A. - Mercados Organizados

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1663, 4º andar

01452-001 - São Paulo - SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fac-símile: (11) 3111-1564

Correio Eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br

Para a Fiadora:

Serveng Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia

Rua Deputado Vicente Penido, 255, Vila Maria

CEP 02064-120, São Paulo, São Paulo

At.: Sr. Thadeu Luciano Marcondes Penido

Tel.: (11) 2142-3056

Fax: (11) 2142-3056

E-mail: presidencia@serveng.com.br

11.1.2. As comunicações serão consideradas entregues (i) quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, nos endereços acima; e (ii) se enviadas por correio eletrônico, na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pelo remetente. Os originais dos documentos enviados por correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) Dias Úteis após o envio da mensagem.

11.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às demais Partes pela parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) dias contados da sua ocorrência.





11.2. Renúncia

11.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda Nº 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.
Oficial: Raulito Alves da Silva
Subst: Ricardo V.M. Artines
Autoriz: Marcos A. F. da Silva

11.3. Veracidade da Documentação

11.3.1. Para prestar os serviços aqui especificados e tomar as decisões necessárias com relação ao aqui disposto, o Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade com relação às deliberações societárias e/ou atos da administração ou qualquer outro documento ou registro da Emissora que considere autêntico e que lhe tenha sido, ou seja, encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

11.4. Independência das Disposições da Escritura

11.4.1. Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.5. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

11.5.1. A presente Escritura, as Garantias e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

11.6. Cômputo do Prazo

11.6.1. Exceto se de outra forma especificamente disposto nesta Escritura, os prazos estabelecidos na presente Escritura serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

11.7. Custos de Registro

11.7.1. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.





11.8. Lei Aplicável

11.8.1 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.9. Foro

11.9.1 Fica eleito o foro central da Comarca de Brasília, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

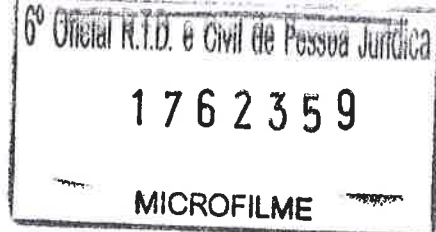
Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, abaixo identificadas, que também o assinam.

São Paulo, 8 de dezembro de 2014.

[O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda N° 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.
Oficial: Raulito Alves da Silva
Subst: Ricardo V.M. Antunes
Autoriz: Marcos A. F. da Silva





(Página de Assinatura 1/4 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, sendo as Debêntures da Primeira Série da Espécie Quirografária com Garantia Real Adicional, a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional e as Debêntures da Segunda Série da Espécie Quirografária a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Corumbá Concessões S.A.)

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda Nº 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.
Oficial: Raulino Alves da Silva
Subst: Ricardo V.M. Antunes
Autoriz: Marcos A. F. da Silva

CORUMBÁ CONCESSÕES S.A.


Nome: Marconi Melquíades de Araújo
Cargo: Diretor Presidente


Nome: Marcelo Siqueira Mendes
Cargo: Diretor Administrativo Financeiro



6º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.565.314/0001-70
Radislau Lamotta - Oficial
Emol. R\$ 8.140,24
Estado R\$ 2.313,55
Ipesp R\$ 1.713,73
R. Civil R\$ 428,44
T. Justiça R\$ 428,44
Protocolado e prenotado sob o n. **1.762.359** em
11/12/2014 e registrado, hoje, em microfilme
sob o n. **1.762.359**, em títulos e documentos.
São Paulo, 11 de dezembro de 2014

Total R\$ 13.024,40

Selos e taxas
Recolhidos
p/verba

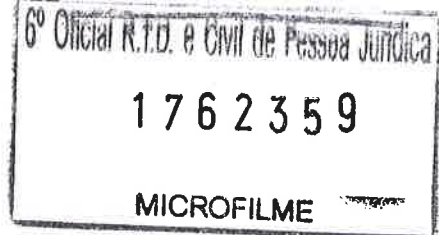
Radislau Lamotta - Oficial
Antonio Vilmar Carneiro - Escrevente Autorizado

1º OF. DE NOTAS REG. CIVIL E PROTESTO
Guara I - DF
Emival Moreira de Araujo - Tabelião

RECONHEÇO, por AUTENTICIDADE, mas
sem exame da titularidade dos direitos
a(s) firma(s) de:
[0144580]-MARCONI MELQUIADES DE ARAUJO..
[0145804]-MARCELO SIQUEIRA MENDES.....

Em Testemunho da Verdade
Brasília-DF, 09 de dezembro de 2014
048-ELZILNE LEMOS D.
FARIAS-ESCREVENTE
Dig.: MAGNO JOSE T. DA COSTA
Selo: TJDF20140171224488MUFH e
TJDF20140171224489XYDF
Para consultar selo: www.tjdft.jus.br





(Página de Assinatura 2/4 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, sendo as Debêntures da Primeira Série da Espécie Quirografária com Garantia Real Adicional, a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional e as Debêntures da Segunda Série da Espécie Quirografária a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Corumbá Concessões S.A.)

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Nome: **Pedro Silva**
Cargo: **Procurador**

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda nº 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.
Oficial: Raulito Alves da Silva
Subst: Ricardo V.M. Antunes
Autoriz: Marcos A. F. da Silva

Ofício DE NOTAS
Adilson Wagner Firmino TABELIÃO
Estrada dos Bandeirantes, 209 - Lojas C e D - Taquara - RJ - CEP 22710-570 - Tel: (21) 2445-8785
088906AA111498

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA DE BRITO E SILVA
Rio de Janeiro, 10 de Dezembro de 2014 Conf por _____
Em testemurho _____ da verdade

Emolumento: _____
Imposto: _____
Total: R\$ 786,31
CTPS 78631 S/108RJ - ALBERTO MARQUES DOS SANTOS-ESCREVENTE AUTORIZADO
EARE73140-EEU Consulte em "http://www3.tjrj.jus.br/sitepublico"

Ofício DE NOTAS
Alberto Marques dos Santos
Escritor
CTPS 78631 S/108 RJ

1º Ofício de Brasília-DF
Nº de Protocolo e Registro
887549
Registro de Títulos e Documentos



(Página de Assinatura 3/4 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, sendo as Debêntures da Primeira Série da Espécie Quirografária com Garantia Real Adicional, a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional e as Debêntures da Segunda Série da Espécie Quirografária a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Corumbá Concessões S.A.)

SERVENG CIVILSAN S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA

4º Tab.

Thedon Pinillo

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda Nº 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.
Oficial: Raulito Alves da Silva
Subst: Ricardo V.M. Antunes
Autógr: Marcos A. F. da Silva



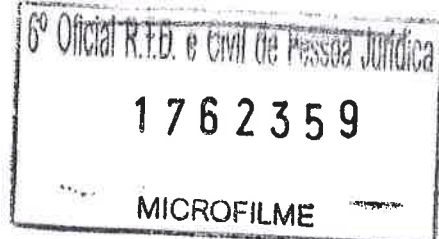
CARTORIO MARCELO RIBAS
1º OFÍCIO DE REG. DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
SUPER CENTER - ED. VENÂNCIO 2.000
SCS QD. 08, BL. B-60, Sala 140-E, 19º andar
Brasília-DF - Fone : 3224-4026

Documento Protocolado, Registrado e Digitalizado sob o número 00887549

Em 11/12/2014 Dou fé.

Titular: Marcelo Caetano Ribas
Subst.: Edlene Miguel Pereira
Geralda do Carmo Abreu Rodrigues
Francineide Gomes de Jesus
Selo: TJDF20140210069721ZVVP
Para consultar www.tjdf.jus.br

1º Ofício de Brasília-DF
Nº de Protocolo e Registro
887549
Registro de Títulos e Documentos



(Página de Assinatura 4/4 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, sendo as Debêntures da Primeira Série da Espécie Quirografária com Garantia Real Adicional, a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional e as Debêntures da Segunda Série da Espécie Quirografária a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Corumbá Concessões S.A.)


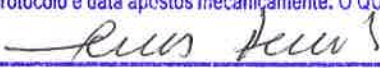
Testemunhas:

Nome: CARLOS ARZUFFO & GOMES Nome: DANIELA DIAS DOS SANTOS
CPF: 553.743.521-72 CPF: 780.115.311-15

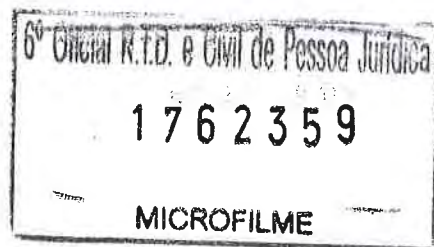
Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EANA 30447 TWE

Consulte a Validade do Selo Em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
3º OFÍCIO
12 DEZ 2017 1106,491
ARQUIVADO EM 12/11/2017
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

	
3.º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS	
Rua da Quitanda, 52/3.º and. - Centro - Rio de Janeiro - RJ	
Registrado, digitalizado e microfilmado sob o número de protocolo e data apostos mecanicamente. O QUE CERTIFICO	
	
<input type="checkbox"/>	Bel. RAULITO ALVES DA SILVA - Oficial Titular
<input type="checkbox"/>	Ricardo V. Mouziniro Antunes - Oficial Substituto
<input checked="" type="checkbox"/>	Marcos A. Fernandes da Silva - Escrevente Autorizado

1º Ofício de Brasília-DF
Nº de Protocolo e Registro
8 8 7 5 4 9
Registro de títulos e documentos



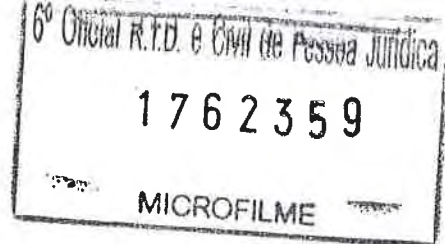
ANEXO I - A

Datas de Amortização das Debêntures da Primeira Série e respectivos percentuais de Amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série de acordo com a cláusula 4.3.1 da Escritura

Parcela	Data de Vencimento	Percentual de Amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série
1ª	19 de março de 2015	1,0640%
2ª	19 de abril de 2015	1,0640%
3ª	19 de maio de 2015	1,0640%
4ª	19 de junho de 2015	1,0640%
5ª	19 de julho de 2015	1,0640%
6ª	19 de agosto de 2015	1,0640%
7ª	19 de setembro de 2015	1,0640%
8ª	19 de outubro de 2015	1,0640%
9ª	19 de novembro de 2015	1,0640%
10ª	19 de dezembro de 2015	1,0640%
11ª	19 de janeiro de 2016	1,0640%
12ª	19 de fevereiro de 2016	1,0640%
13ª	19 de março de 2016	1,0640%
14ª	19 de abril de 2016	1,0640%
15ª	19 de maio de 2016	1,0640%
16ª	19 de junho de 2016	1,0640%
17ª	19 de julho de 2016	1,0640%
18ª	19 de agosto de 2016	1,0640%
19ª	19 de setembro de 2016	1,0640%
20ª	19 de outubro de 2016	1,0640%
21ª	19 de novembro de 2016	1,0640%
22ª	19 de dezembro de 2016	1,0640%
23ª	19 de janeiro de 2017	1,0640%
24ª	19 de fevereiro de 2017	1,0640%
25ª	19 de março de 2017	1,0640%
26ª	19 de abril de 2017	1,0640%
27ª	19 de maio de 2017	1,0640%
28ª	19 de junho de 2017	1,0640%
29ª	19 de julho de 2017	1,0640%
30ª	19 de agosto de 2017	1,0640%
31ª	19 de setembro de 2017	1,0640%
32ª	19 de outubro de 2017	1,0640%
33ª	19 de novembro de 2017	1,0640%
34ª	19 de dezembro de 2017	1,0640%
35ª	19 de janeiro de 2018	1,0640%

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda Nº 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.
Oficial: Raulito Alves da Silva
Subst: Ricardo V.M. Antunes
Autoriz: Marcos A. F. da Silva





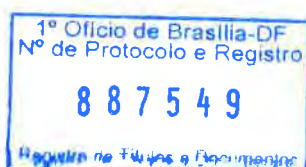
36ª	19 de fevereiro de 2018	1,0640%
37ª	19 de março de 2018	1,0640%
38ª	19 de abril de 2018	1,0640%
39ª	19 de maio de 2018	1,0640%
40ª	19 de junho de 2018	1,0640%
41ª	19 de julho de 2018	1,0640%
42ª	19 de agosto de 2018	1,0640%
43ª	19 de setembro de 2018	1,0640%
44ª	19 de outubro de 2018	1,0640%
45ª	19 de novembro de 2018	1,0640%
46ª	19 de dezembro de 2018	1,0640%
47ª	19 de janeiro de 2019	1,0640%
48ª	19 de fevereiro de 2019	1,0640%
49ª	19 de março de 2019	1,0640%
50ª	19 de abril de 2019	1,0640%
51ª	19 de maio de 2019	1,0640%
52ª	19 de junho de 2019	1,0640%
53ª	19 de julho de 2019	1,0640%
54ª	19 de agosto de 2019	1,0640%
55ª	19 de setembro de 2019	1,0640%
56ª	19 de outubro de 2019	1,0640%
57ª	19 de novembro de 2019	1,0640%
58ª	19 de dezembro de 2019	1,0640%
59ª	19 de janeiro de 2020	1,0640%
60ª	19 de fevereiro de 2020	1,0640%
61ª	19 de março de 2020	1,0640%
62ª	19 de abril de 2020	1,0640%
63ª	19 de maio de 2020	1,0640%
64ª	19 de junho de 2020	1,0640%
65ª	19 de julho de 2020	1,0640%
66ª	19 de agosto de 2020	1,0640%
67ª	19 de setembro de 2020	1,0640%
68ª	19 de outubro de 2020	1,0640%
69ª	19 de novembro de 2020	1,0640%
70ª	19 de dezembro de 2020	1,0640%
71ª	19 de janeiro de 2021	1,0640%
72ª	19 de fevereiro de 2021	1,0640%
73ª	19 de março de 2021	1,0640%
74ª	19 de abril de 2021	1,0640%
75ª	19 de maio de 2021	1,0640%
76ª	19 de junho de 2021	1,0640%
77ª	19 de julho de 2021	1,0640%
78ª	19 de agosto de 2021	1,0640%
79ª	19 de setembro de 2021	1,0640%
80ª	19 de outubro de 2021	1,0640%

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda Nº 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.

Oficial: Raulito Alves da Silva

Subst: Ricardo V.M. Antunes

Autoriz: Marcos A. F. da Silva



6º Oficial R.T.D. e Civil de Pessoa Jurídica

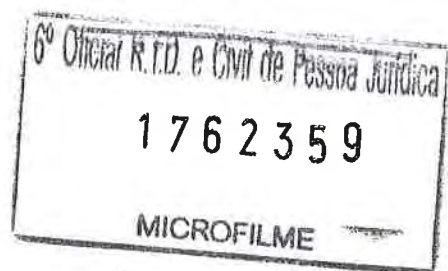
1762359

MICROFILME

81ª	19 de novembro de 2021	1,0640%
82ª	19 de dezembro de 2021	1,0640%
83ª	19 de janeiro de 2022	1,0640%
84ª	19 de fevereiro de 2022	1,0640%
85ª	19 de março de 2022	1,0640%
86ª	19 de abril de 2022	1,0640%
87ª	19 de maio de 2022	1,0640%
88ª	19 de junho de 2022	1,0640%
89ª	19 de julho de 2022	1,0640%
90ª	19 de agosto de 2022	1,0640%
91ª	19 de setembro de 2022	1,0640%
92ª	19 de outubro de 2022	1,0640%
93ª	19 de novembro de 2022	1,0640%
94ª	Data de Vencimento	Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quintanda Nº 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.
 Oficial: Raulito Alves da Silva
 Subst: Ricardo V.M. Antunes
 Autoriz: Marcos A. F. da Silva

1º Ofício de Brasília-DF
 Nº de Protocolo e Registro
 887549
 Registro de Filmes e Documentos



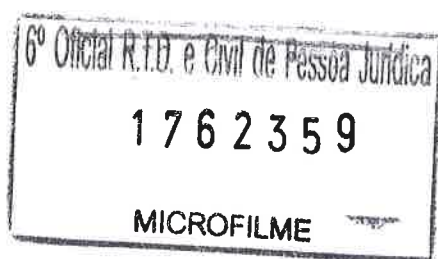
ANEXO I – B

Datas de Amortização das Debêntures da Segunda Série e respectivos percentuais de Amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série de acordo com a cláusula 4.3.2 da Escritura

Parcela	Data de Vencimento	Percentual de Amortização do Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série
1ª	19 de junho de 2016	7,1400%
2ª	19 de dezembro de 2016	7,1400%
3ª	19 de junho de 2017	7,1400%
4ª	19 de dezembro de 2017	7,1400%
5ª	19 de junho de 2018	7,1400%
6ª	19 de dezembro de 2018	7,1400%
7ª	19 de junho de 2019	7,1400%
8ª	19 de dezembro de 2019	7,1400%
9ª	19 de junho de 2020	7,1400%
10ª	19 de dezembro de 2020	7,1400%
11ª	19 de junho de 2021	7,1400%
12ª	19 de dezembro de 2021	7,1400%
13ª	19 de junho de 2022	7,1400%
14ª	Data de Vencimento	Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda Nº 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.
Oficial: Raulito Alves da Silva
Subst: Ricardo V.M. Antunes
Autoriz: Marcos A. F. da Silva





ANEXO II
MINUTA ADITAMENTO À ESCRITURA

[•] ([•]) Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, sendo as Debêntures da Primeira Série da Espécie Quirografária com Garantia Real Adicional, a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional e as Debêntures da Segunda Série da Espécie Quirografária a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Corumbá Concessões S.A.

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda Nº 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.
Oficial: Raulito Alves da Silva
Subst.: Ricardo V.M. Antunes
Autoriz.: Marcos A. F. da Silva

entre

CORUMBÁ CONCESSÕES S.A.,
como Emissora,

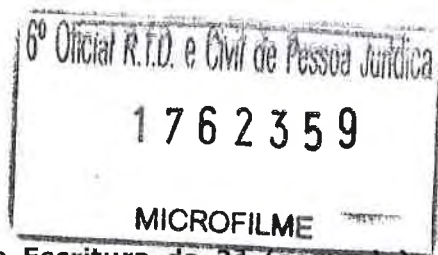
PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,
representando a comunhão dos titulares das Debêntures

e

SERVENG CIVILSAN S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA,
Como Fiadora

Datado de
[•] de [•] de 201[•]





[•] ([•]) Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, sendo as Debêntures da Primeira Série da Espécie Quirografária com Garantia Real Adicional, a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional e as Debêntures da Segunda Série da Espécie Quirografária a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Corumbá Concessões S.A.

Pelo presente instrumento, como emissora,

CORUMBÁ CONCESSÕES S.A., sociedade anônima sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, ST Sia Trecho 03 Lote 1875, s/n, Setor de Indústria, CEP 71200-030, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 04.066.598/0001-72, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Corumbá" e/ou "Emissora");

e, como agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das debêntures da 2ª (segunda) emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, sendo as debêntures da primeira série da espécie quirografária com garantia real adicional, a ser convolada em da espécie com garantia real e com garantia fidejussória adicional ("Debêntures da Primeira Série" e "Debenturistas da Primeira Série", respectivamente) e as debêntures da segunda série da espécie quirografária a ser convolada em da espécie com garantia real da Emissora ("Debêntures da Segunda Série" e "Debenturistas da Segunda Série" respectivamente e, quando em conjunto com as Debêntures da Primeira Série, "Debêntures" e Debenturistas da Primeira Série, "Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista"),

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

e, ainda, na qualidade de fiadora das obrigações relativas às Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão,

SERVENG CIVILSAN S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Deputado Vicente Penido, 255, Vila Maria, CEP 02064-120, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 48.540.421/0001-31, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Serveng" ou "Fiadora"), e

Celebram o presente [•] Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, sendo as Debêntures da Primeira Série da Espécie Quirografária com Garantia Real Adicional, a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional e as Debêntures da Segunda Série da Espécie Quirografária a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Corumbá Concessões S.A. ("[•] Aditamento"), nos termos e condições abaixo.



3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Ouricanda Nº 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030
Oficial: Raulito Alves da Silva
Subst: Ricardo V.M. Antunes
Autoriz: Marcos A. F. da Silva



CONSIDERANDO QUE:

(i) em [•] de dezembro de 2014, as Partes celebraram o "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, sendo as Debêntures da Primeira Série da Espécie Quirografária com Garantia Real Adicional, a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional e as Debêntures da Segunda Série da Espécie Quirografária a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Corumbá Concessões S.A." ("Escritura"), o qual foi arquivado perante a Junta Comercial do Distrito Federal ("JCDF") em [•] de 2014, sob o nº [•];

(ii) na verificação realizada pela Emissora em [•] de [•] de 201[•], identificou-se a conclusão da Condição Suspensiva do *[inserir instrumento de garantia]* ("*[•]*"), celebrado em [•] de dezembro de 2014 entre a Emissora, o Agente Fiduciário, entre outros;

(iii) em decorrência do disposto no item (ii) acima, nos termos da Cláusula 4.14.1.1 da Escritura, a Condição Suspensiva do *[inserir instrumento de garantia]* foi verificada e, portanto, o [•] passa a ser plenamente eficaz; e

nos termos da Cláusula 4.14.1.4. da Escritura, (i) as Debêntures da Primeira Série passam a ser da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional e (ii) as Debêntures da Segunda Série passam a ser Espécie com Garantia Real, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das Sociedades por Ações, tendo sido verificada a Condição Suspensiva do [•].

ISTO POSTO, resolvem as Partes, na melhor forma de direito, nos termos da Cláusula 4.14.1.4. da Escritura, celebrar o presente [•] Aditamento, que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo dispostas:

CLÁUSULA I TERMOS DEFINIDOS

1.1. Os termos aqui iniciados em maiúsculas, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuídos na Escritura, ainda que posteriormente ao seu uso, exceto se de outra forma definidos no presente [•] Aditamento.

CLÁUSULA II REGISTRO DO ADITAMENTO

2.1. Este [•] Aditamento será registrado (i) na JCDF, de acordo com o disposto no artigo 62, II, da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Brasília, Distrito Federal, da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em razão da prestação da fiança, nos termos da cláusula 4.14.2. da Escritura.



3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda nº 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.
Oficial: Raulito Alves da Silva
Subst: Ricardo V.M. Antunes
Autoriz: Marcos A. F. da Silva



CLÁUSULA III ALTERAÇÃO DA ESCRITURA

3.1. As Partes, por meio deste [●] Aditamento, acordam em:

3.1.1. Alterar a integralidade da Escritura, considerando que as: (i) Debêntures da Primeira Série que antes eram da Espécie Quirografária com Garantia Real Adicional passam a ser da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional; e (ii) Debêntures da Segunda Série antes da Espécie Quirografária, passam a da Espécie com Garantia Real, todas as cláusulas que mencionavam que as Debêntures da Primeira Série que antes eram da Espécie Quirografária com Garantia Real Adicional; e as Debêntures da Segunda Série eram da Espécie Quirografária são alteradas para indicar expressamente que as (i) Debêntures da Primeira Série são da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional; e (ii) Debêntures da Segunda Série são da Espécie com Garantia Real.

3.1.2. Alterar a Cláusula 4.1.4. da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*"4.1.4. **Espécie:** As Debêntures da Primeira Série são da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional; enquanto que as Debêntures da Segunda Série são da Espécie com Garantia Real".*

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda Nº 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030
Oficial: Raulito Alves da Silva
Subst: Ricardo V.M. Antunes
Autoriz: Marcos A. F. da Silva

CLÁUSULA IV DAS RATIFICAÇÕES

4.1. Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as cláusulas, itens, características e condições estabelecidas na Escritura e não expressamente alterados por este [●] Aditamento.

CLÁUSULA V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. As obrigações assumidas neste [●] Aditamento têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus eventuais sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.

5.2. Este [●] Aditamento é regido pelas Leis da República Federativa do Brasil.

5.3. A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas deste [●] Aditamento não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula deste [●] Aditamento, as Partes obrigam-se a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, neste [●] Aditamento, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o





objetivo das Partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

5.4. Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as Partes será sempre considerada mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

5.5. As Partes reconhecem este [•] Aditamento e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, inciso II, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

5.6. Para os fins deste [•] Aditamento, as Partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 621 e 632 do Código de Processo Civil.

5.7. Qualquer alteração a este [•] Aditamento somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as Partes.

5.8. Fica eleito o foro central da Comarca de Brasília, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, abaixo identificadas, que também o assinam.

São Paulo, [•] de [•] de 2014.

[O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda Nº 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.
Oficial: Raulito Alves da Silva
Subst: Ricardo V.M. Antunes
Autoriz: Marcos A. F. da Silva





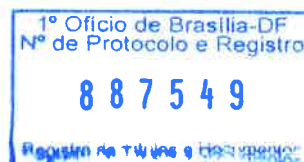
(Página de Assinatura 1/4 do [•] Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, sendo as Debêntures da Primeira Série da Espécie Quirografária com Garantia Real Adicional, a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional e as Debêntures da Segunda Série da Espécie Quirografária a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Corumbá Concessões S.A.)

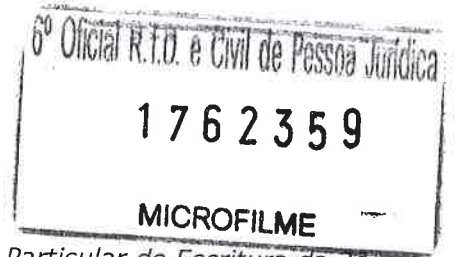
CORUMBÁ CONCESSÕES S.A.

Nome: Marconi Melquíades de Araújo
Cargo: Diretor Presidente

Nome: Marcelo Siqueira Mendes
Cargo: Diretor Administrativo Financeiro

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda Nº 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.
Oficial: Raulito Alves da Silva
Subst: Ricardo V.M. Antunes
Autoriz: Marcos A. F. da Silva





(Página de Assinatura 2/4 do [•] Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, sendo as Debêntures da Primeira Série da Espécie Quirografária com Garantia Real Adicional, a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional e as Debêntures da Segunda Série da Espécie Quirografária a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Corumbá Concessões S.A.)

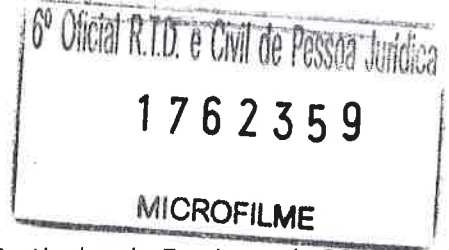
PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome:

Cargo:

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda nº 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.
Oficial: Raíssa Alves da Silva
Suíssi: Ricardo V.M. Antunes
Autoriz: Marcos A. F. da Silva





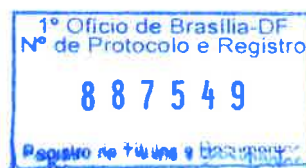
(Página de Assinatura 3/4 do [•] Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, sendo as Debêntures da Primeira Série da Espécie Quirografária com Garantia Real Adicional, a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional e as Debêntures da Segunda Série da Espécie Quirografária a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Corumbá Concessões S.A.)

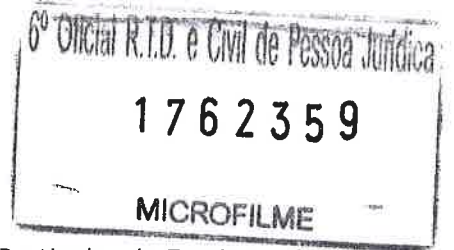
SERVENG CIVILSAN S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA

Nome: _____
Cargo: _____

Nome: _____
Cargo: _____

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Ourandã Nº 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.
Oficial: Raulito Alves da Silva
Subst: Ricardo V.M. Arturios
Autoriz: Marcos A. F. da Silva





4(Página de Assinatura 4/4 do [•] Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, sendo as Debêntures da Primeira Série da Espécie Quirografária com Garantia Real Adicional, a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional e as Debêntures da Segunda Série da Espécie Quirografária a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Corumbá Concessões S.A.)

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Ourandã Nº 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.
Oficial: Raulito Alves da Silva
Subst: Ricardo V.M. Antunes
Autoriz: Marcos A. F. da Silva

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:





ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DA FIADORA

[papel timbrado da FIADORA]

[local e data]

Ref.: Notificação – Liberação de Fiança Corporativa constituída no âmbito da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures da Corumbá Concessões S.A.

Ao *Agente Fiduciário*

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Avenida das Américas, 4.200, bloco 8, ala B, salas 303 e 304 – Barra da Tijuca

CEP 22640-102 - Rio de Janeiro – RJ

At.: Sr. Marco Aurélio Ferreira / Srta. Nathalia Machado Loureiro / Srta. Marcelle Santoro

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda Nº 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.
Oficial: Raulito Aves da Silva
Subst: Ricardo V.M. Antunes
Autentiz: Marcos A. F. da Silva

Prezados Senhores,

De acordo com as disposições do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, sendo as Debêntures da Primeira Série da Espécie Quirografária com Garantia Real e Fidejussória Adicionais, a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional e as Debêntures da Segunda Série da Espécie Quirografária, a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Corumbá Concessões S.A., celebrado em 8 de dezembro de 2014, entre a Corumbá Concessões S.A., na qualidade de emissora ("Emissora"), Serveng Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia, na qualidade de fiadora ("Fiadora") e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, representando a comunhão dos titulares das debêntures da 2ª (segunda) emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, sendo as debêntures da primeira série da espécie quirografária com garantia real e fidejussória adicionais, a ser convolada em da espécie com garantia real e com garantia fidejussória adicional ("Agente Fiduciário" e "Escritura", respectivamente), a Fiadora declara e garante que cumpriu com as condições estabelecidas na cláusula 4.14.2.1 da Escritura, abaixo elencadas, conforme verifica-se por meio dos documentos que acompanham esta declaração:

- (a) relação Dívida Líquida / EBTIDA da Emissora atingiu valor inferior à 2,5 (dois inteiros e cinco décimos);
- (b) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") da Emissora atingiu, no período de 24 (vinte e quatro) meses anteriores ao pedido de desconstituição, valor superior a 1,3 (um inteiro e três décimos).

Conforme os termos previstos na Escritura, os índices acima foram calculados com base nas informações financeiras da Emissora, ao final de cada exercício social, conforme aplicável, em até 90 (noventa) dias corridos após a divulgação das respectivas demonstrações financeiras da Emissora, sendo que a primeira verificação dos índices abaixo ocorrerá com





base nos números divulgados pela Emissora referentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Adicionalmente, a Emissora e a Fiadora declaram e garantem que:

- (a) não houve a ocorrência de qualquer inadimplemento da Emissora e/ou da Fiadora com relação às obrigações estabelecidas na Escritura; e
- (b) não houve ocorrência de qualquer inadimplemento da Emissora no âmbito do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica nº 12/2002-PRPJU/CEB, celebrado entre a Emissora e a Companhia Energética de Brasília - CEB, em 7 de março de 2002.

Atenciosamente,

SERVENG CIVILSAN S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA

Nome:
Cargo:

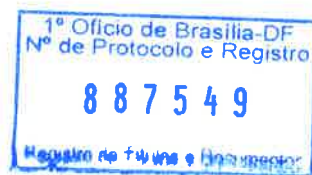
Nome:
Cargo:

CORUMBÁ CONCESSÕES S.A.

Nome: Marconi Melquíades de Araújo
Cargo: Diretor Presidente

Nome: Marcelo Siqueira Mendes
Cargo: Diretor Administrativo Financeiro

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quintanda N° 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.
Oficial: Raulito Alves da Silva
Subst: Ricardo V.M. Antunes
Autoriz: Marcos A. F. da Silva





ANEXO IV

FÓRMULA DE CÁLCULO DO ÍNDICE DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA

O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base nas informações registradas nas Demonstrações Financeiras Auditadas, em determinado período de verificação, a saber:

A) Geração de Caixa da Atividade

- (+) Disponibilidade final no período imediatamente anterior
- (+) LAJIDA (EBTIDA)
- (-) Imposto de Renda
- (-) Contribuição Social
- (+/-) Variação de Capital de Giro (1)

B) Serviço da Dívida

- (+) Amortização de Principal
- (+) Pagamento de Juros

$$C = \text{ÍNDICE DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA} = (A) / (B)$$

O LAJIDA corresponde ao somatório dos itens abaixo discriminados:

- (+) Lucro Líquido;
- (+) Despesa (receita) financeira líquida;
- (+) Provisão para o imposto de renda e contribuições sociais;
- (+) Depreciação e amortizações;
- (+) Outras despesas (receitas) líquidas não operacionais; e
- (+) Perdas (lucros) resultantes de equivalência patrimonial nos resultados dos investimentos em sociedades coligadas / controladas

A variação do Capital de Giro no período t (2) é calculado da seguinte forma:

i. Necessidade de Capital de Giro no período t

- (+) (Ativo Circulante menos Disponibilidades) t
- (-) (Passivo Circulante menos Empréstimos, Financiamentos, Debêntures de Curto Prazo e Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital) t

ii. Necessidade de Capital de Giro no período t-1

- (+) (Ativo Circulante menos Disponibilidades) t-1
- (-) (Passivo Circulante menos Empréstimos, Financiamentos, Debêntures de Curto Prazo e Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital) t-1

iii. Variação de capital de giro = (Necessidade no período t) menos (Necessidade no período t-1)

- (1) Se o resultado da Variação do Capital de Giro for negativa, será somando ao LAJIDA;
- (2) t corresponde a um período de 12 meses e t-1 corresponde ao período imediatamente anterior.

